



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 82ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – 39ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a homenagear o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais
- 1.3 – Reuniões de Comissões

2 – ORDENS DO DIA

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissões

3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 – Plenário

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 – ERRATA



ATAS

ATA DA 82ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/10/2015

Presidência do Deputado Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Resolução nº 31/2015 – Projetos de Lei nºs 2.976 a 2.987/2015 – Requerimentos nºs 2.574 a 2.648/2015 – Requerimentos Ordinários nºs 2.199 a 2.201/2015 – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados João Leite e Doutor Jean Freire; Questões de Ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Ulysses Gomes – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Às 14h3min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Doutor Wilson Batista, 3º-secretário, nas funções de 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Sra. Ana Maria Alvarenga Mamede Neves, chefe de gabinete da Presidência do Supremo Tribunal Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.590/2015, do deputado Anselmo José Domingos.

Do Sr. Castinaldo Bastos Santos, presidente do Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Casas de Saúde do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento Ordinário nº 1.998/2015, da Comissão do Trabalho.

Da Sra. Elisa Smaneto, diretora de Gestão Interna do Gabinete Adjunto de Gestão e Atendimento do Gabinete Pessoal da Presidenta da República (3), prestando informações relativas aos Requerimentos nos 2.353, 2.359 e 2.361/2015, das Comissões de Saúde e de Direitos Humanos.

Do Sr. Felipe de Leon Bellezia de Salles, promotor de justiça da Comarca de Carmópolis de Minas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.096/2015, da Comissão de Meio Ambiente.

Do Sr. Gilmar Ribeiro dos Santos, presidente da Associação dos Docentes da Unimontes, solicitando apoio desta Casa às propostas apresentadas por essa entidade para alteração de dispositivos da Lei nº 15.463, de 2005. (– À Comissão de Educação.)

Do Sr. Jorge Bastos, diretor-geral da ANTT, prestando informações relativas ao Requerimento Ordinário nº 1.996/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Da Sra. Lilian Marotta Moreira, promotora de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.201/2015, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais.

Do Sr. Marco Aurélio Crocco Afonso, presidente do BDMG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.301/2015, da Comissão de Turismo.

Do Sr. Marcos Antonio Borges, executivo de Relações Institucionais da Oi MG, prestando informações relativas ao Requerimento Ordinário nº 2.033/2015, do deputado Anselmo José Domingos.

Da Sra. Sandra Margareth Silvestrini de Souza, presidente do Serjusmig, informando sobre a paralisação parcial das atividades dos servidores da Justiça de 1ª Instância do Estado a partir de 13/10/2015, a jornada de trabalho desses servidores no período e a pauta de reivindicações e solicitando a intermediação desta Casa perante a administração do TJMG para a solução da situação. (– À Comissão de Administração Pública.)

Da Sra. Sínara Inácio Meireles Chenna, presidente da Copasa-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 882/2015, da Comissão de Turismo. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31/2015

Susta os efeitos do Decreto nº 46.859, de 1º de outubro de 2015.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Ficam suspensos os efeitos do Decreto nº 46.859, de 1º de outubro de 2015.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de outubro de 2015.

João Leite – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlen Santiago – Dalmo Ribeiro Silva – Felipe Attiê – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Luiz Humberto Carneiro – Sargento Rodrigues.

Justificação: O Decreto nº 46.859, de 2015, que se pretende sustar por meio deste projeto de resolução, promoveu, de forma indireta, um pesado aumento na carga tributária que incide sobre produtos básicos e indispensáveis para o cidadão. Esse decreto ofende o princípio constitucional da legalidade e exorbita do poder regulamentar conferido ao Executivo. Assim, compete privativamente à Assembleia Legislativa, nos termos dos incisos XXX e XXXIII do art. 62 da Constituição do Estado, zelar pela preservação de sua competência legislativa e sustar os efeitos da norma que não encontra amparo constitucional.

Para melhor compreensão da questão, fazem-se necessárias algumas informações importantes.

Em Minas Gerais, a Lei nº 6.763, de 1975, que “consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências”, estabelece que a alíquota padrão de ICMS no Estado é de 18%. Alíquotas distintas, sejam maiores ou menores, devem ser previstas em lei. O Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 2002, sempre mantendo-se nos limites definidos em lei, discrimina as alíquotas específicas de uma grande variedade de produtos que não se enquadram na regra geral dos 18%.

Em 2005, por meio da Lei nº 15.956, de 29 de dezembro (resultado da aprovação do Projeto de Lei nº 1.991/2004, de autoria do governador Aécio Neves), foi autorizada a redução para 12% da alíquota de ICMS de diversos produtos de higiene, construção civil, vestuário e outros. Em janeiro de 2006, por meio do Decreto 44.206, a redução foi concretizada, com a correspondente alteração no Regulamento do ICMS.

Essa redução e diversas outras que foram autorizadas ou mantidas por meio de leis sancionadas ao longo da última década foram revogadas pelo Decreto nº 46.859, de 1º de outubro de 2015. Temos agora, portanto, um significativo aumento indireto de impostos.

O aumento de impostos depende de prévia autorização legislativa, conforme dispõe expressamente o art. 150, I, da Constituição da República. A exceção à regra geral, que também é expressamente prevista na Constituição Federal, aplica-se exclusivamente aos impostos previstos no art. 153, § 1º, no qual se estabelece que podem ser majorados por ato do Executivo apenas quatro tributos da União: os impostos sobre a importação ou a exportação de mercadorias, o IPI e o que incide sobre operações de crédito. O ICMS não se enquadra nessa exceção.



Assim, fica claro que o aumento efetivo de 50% na alíquota de ICMS de diversos produtos básicos e de ampla utilização pela população, promovido pelo Decreto 46.859, de 2015, ofende, sem qualquer sombra de dúvida, o princípio da legalidade previsto na Constituição Federal. Além disso, deve-se ressaltar que, conforme dispõe o art. 155, § 2º, XII da Constituição Federal, as alterações nas alíquotas de ICMS, seja para reduzi-las, seja para aumentá-las, ainda que indiretamente, dependem de prévio convênio aprovado pelo Confaz.

Esta matéria já foi objeto de questionamento no Supremo Tribunal Federal, que, ao julgar matéria semelhante, assim se manifestou na ADI 2157:

“No caso, não há sequer necessidade de confronto entre as normas da Lei ora impugnada e a Lei Complementar nº 24, de 1975, mas apenas entre aquelas e o disposto no artigo 155, § 2º, XII, ”g”, da Constituição, que pressupõe a deliberação dos Estados e do Distrito Federal para a concessão e revogação de benefícios fiscais concernentes ao ICMS”. (grifos nossos)

Há, portanto, sólidos fundamentos socioeconômicos e jurídicos para a sustação do decreto, que, exorbitando do poder regulamentar conferido ao Executivo, promove aumentos de 50% na carga tributária de produtos essenciais para a população mineira. Contamos, assim, com o apoio integral dos nossos ilustres colegas para a aprovação do projeto de resolução que ora apresentamos.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.976/2015

Declara de utilidade pública a Associação Sport Club Giotto, com sede no Município de Guaxupé.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Sport Club Giotto, com sede no Município de Guaxupé.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de outubro de 2015.

Gilberto Abramo

Justificação: A principal finalidade da Associação Sport Club Giotto é proporcionar a difusão de atividades sociais, cívico-culturais e desportivas, principalmente o futebol.

Os membros de sua diretoria são reconhecidamente pessoas idôneas e não são remunerados pelo exercício de suas funções. Desde a sua fundação, a entidade vem cumprindo fielmente suas finalidades estatutárias, prestando relevantes serviços à comunidade e espera, com o título de utilidade pública, firmar parcerias com órgãos do Estado, para as finalidades propostas.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.977/2015

Declara de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de São Lourenço – CDL-SL –, com sede no Município de São Lourenço.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de São Lourenço – CDL-SL –, com sede no Município de São Lourenço.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de outubro de 2015.

Tiago Ulisses

Justificação: A Câmara de Dirigentes Lojistas de São Lourenço – CDL-SL – é uma entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade prestar serviços junto aos lojistas e ao comércio local e regional, buscando o desenvolvimento e a prosperidade do comércio no município, bem como apoiar as atividades turísticas, artísticas e culturais.

A entidade atende aos requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual rogo a meus pares a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Turismo, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.978/2015

Declara de utilidade pública a Associação Mãos Amigas – AMA-MG –, com sede no Município de São Lourenço.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Mãos Amigas – AMA-MG –, com sede no Município de São Lourenço.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de outubro de 2015.

Tiago Ulisses

Justificação: A Associação Mãos Amigas – AMA-MG – é uma entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade o desenvolvimento de ações que promovam o respeito à vida animal, por meio da fiscalização do cumprimento das normas de proteção dos animais, do apoio na criação de leis que versem sobre este tema e da conscientização da população. Exerce, entre outras ações diretas na sociedade, o apoio a ONGs e abrigos que recolham e cuidem de animais, a assistência médico-veterinária aos animais



pertencentes à população de baixa renda, bem como o oferecimento de serviços de controle de população animal por meio de uma campanha de castração.

A entidade atende aos requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual rogo a meus pares a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.979/2015

Declara de utilidade pública a Associação Cônego Walter, com sede no Município de Machado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cônego Walter, com sede no Município de Machado.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de outubro de 2015.

Ivair Nogueira

Justificação: A Associação Cônego Walter destina-se a acolher usuários de drogas e álcool, disponibilizando tratamento gratuito aos dependentes sob sua tutela. Além disso, propõe-se a desenvolver projetos e executar ações de prevenção ao uso de drogas e de reinserção social e laborativa.

Constituída sob a forma jurídica de associação, sem fins lucrativos, com duração por prazo indeterminado, a entidade está em pleno e regular funcionamento há mais de um ano. Ademais, possui diretoria composta por pessoas de reconhecida idoneidade, que desenvolvem gratuitamente suas atribuições.

No exercício das atividades a associação não faz nenhum tipo de discriminação, destinando a totalidade da renda apurada ao cumprimento das obrigações estatutárias.

O reconhecimento dos serviços prestados possibilitará à associação firmar parcerias com o poder público e entidades privadas, visando ao recebimento de recursos para custeio e expansão de suas atividades, razão pela qual conto com a anuência dos pares a este importante projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Prevenção e Combate às Drogas para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.980/2015

Declara de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores em Estacionamentos, Garagens, Lava Jatos e Lavadores, Guardadores, Manobristas e Operadores Autônomos de Automóveis no Estado de Minas Gerais – Sintralamac –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores em Estacionamentos, Garagens, Lava Jatos e Lavadores, Guardadores, Manobristas e Operadores Autônomos de Automóveis no Estado de Minas Gerais – Sintralamac –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de outubro de 2015.

Ricardo Faria

Justificação: O Sindicato dos Trabalhadores em Estacionamentos, Garagens, Lava Jatos e Lavadores, Guardadores, Manobristas e Operadores Autônomos de Automóveis no Estado de Minas Gerais – Sintralamac – está em pleno e regular funcionamento desde 12/5/2009 e realiza suas atividades de acordo com o previsto em seu estatuto social.

É importante destacar que o Sintralamac é uma sociedade civil sem fins lucrativos que representa todos os trabalhadores e empregados organizados ou não de estacionamentos públicos e particulares, garagens, lava jatos e similares no Estado.

Obedecendo aos critérios da Lei nº 12.972, de 27 de julho de 1998, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública, o estatuto social da entidade, em seu art. 14, parágrafo único, deixa claro que não serão distribuídos lucros ou dividendos, nem concedida remuneração ou qualquer parcela do seu patrimônio, vantagens ou benefícios a membros, conselheiros ou diretores, sob nenhuma forma.

O estatuto da entidade, em seu art. 24, evidencia que, no caso de dissolução da entidade, os bens remanescentes serão destinados a outras entidades congêneres que sejam idôneas, a critério da assembleia geral convocada para este fim.

Desse modo, observados os requisitos legais e verificada a importância do Sintralamac para a sociedade mineira, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.981/2015

Declara de utilidade pública o Projeto Construindo em União – Pro-Céu –, com sede no Município de Contagem.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública o Projeto Construindo em União – Pro-Céu –, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de outubro de 2015.

Ricardo Faria

Justificação: O Projeto Construindo em União – Pro-Céu – está em pleno e regular funcionamento há mais de dois anos e realiza suas atividades de acordo com o previsto em seu estatuto social.

É importante destacar que o Pro-Céu é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que tem como finalidade a promoção de direitos individuais, sociais, coletivos e difusos na comunidade.

Obedecendo aos critérios da Lei nº 12.972, de 27 de julho de 1998, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública, o estatuto social da entidade, em seu arts. 28 e 29, deixa claro que não serão distribuídos lucros ou dividendos, nem concedida remuneração ou qualquer parcela do seu patrimônio, vantagens ou benefícios a membros, conselheiros ou diretores, sob nenhuma forma.

O estatuto da entidade, em seu art. 32, evidencia que, no caso de dissolução da entidade, os bens remanescentes serão destinados a outras entidades congêneres que estejam registradas no Conselho Nacional ou Assistência Social ou a entidade pública.

Desse modo, observados os requisitos legais e verificada a importância do Pro-Céu para a sociedade mineira, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.982/2015

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santana de Pirapama o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o poder executivo autorizado a doar ao Município de Santana de Pirapama o imóvel com área de 4.407,81m² (quatro mil quatrocentos e sete vírgula oitenta e um metros quadrados) situado na Fazenda Brejo Grande, no Município de Santana de Pirapama, registrado sob o nº 1 da Matrícula 18.639, a fls. 108 do Livro nº 2/AFG1, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sete Lagoas.

Parágrafo único – O imóvel descrito no *caput* deste artigo será utilizado para o funcionamento de unidade básica de saúde em área rural do Município de Santana de Pirapama.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no art. 1º.

Art. 3º – A autorização que trata esta lei se tornará sem efeito se, findo o prazo estabelecido no art. 2º, o Município de Santana de Pirapama não houver procedido ao registro do imóvel.

Art. 4º – O Município de Santana de Pirapama encaminhará à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão documento que comprove a destinação do imóvel prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de outubro de 2015.

Arlen Santiago

Justificação: A doação pretendida por este projeto trará inúmeros benefícios para a população da municipalidade, visto que permitirá que no imóvel se construa uma unidade básica de saúde, trazendo melhor qualidade de vida para a população da região, bem como maior acesso às políticas públicas de saúde.

Informo ainda que o imóvel se encontra desafetado por parte do Estado e que inexistente interesse em sua utilização direta, uma vez que não há funcionamento de escola no imóvel, estando completamente fechado e sem nenhuma utilização, o que enseja a sua disponibilidade para o objetivo citado.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.983/2015

Dispõe sobre a proibição de uso de celulares em bares, restaurantes e similares e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica proibido o uso de celulares em bares, restaurantes e similares.

Art. 2º – As infrações praticadas às normas desta lei ficam sujeitas, sem prejuízo das sanções de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas às seguintes sanções administrativas.

I – advertência;

II – prestação de serviços à comunidade;

III – multa de 100 (cem) a 1.000 (mil) vezes o valor nominal da Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais.

Art. 3º – O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias a partir da data de sua publicação.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de outubro de 2015.

Alencar da Silveira Jr.

Justificação: O que você acha de sair para jantar com alguém e a outra pessoa ficar o tempo todo mexendo no celular? Ou quando você está em um restaurante, desfrutando uma ótima companhia, em um ambiente gostoso, e o telefone celular da mesa vizinha toca, a pessoa atende falando alto, fazendo você participar da conversa mesmo sem querer?

Pensando nisso, proponho esta lei, que proíbe o uso de celulares por usuários desses estabelecimentos.



– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.984/2015

Declara de utilidade pública a Associação Pé de Vento Correndo Para Vencer, com sede no Município de Varginha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Pé de Vento Correndo Para Vencer, com sede no Município de Varginha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de outubro de 2015.

Geisa Teixeira

Justificação: A Associação Pé de Vento Correndo Para Vencer, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem sua sede no Município de Varginha.

A entidade tem como finalidades promover, coordenar e executar projetos, programas e ações de amparo social à coletividade; prestar assistência social e profissional gratuita, através de seus voluntários, às pessoas em condição de vulnerabilidade socioeconômica do município; e apoiar e desenvolver programas de proteção e amparo à família, à infância e à adolescência em situação de desvantagem. Além disso, promove a prestação de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças de 8 a 14 anos.

Considerando o importante trabalho desenvolvido pela associação, contamos com o apoio dos pares para a aprovação desta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.985/2015

Declara de utilidade pública o Estatuto da Folia de Reis Arceburguense, com sede no Município de Arceburgo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Estatuto da Folia de Reis Arceburguense, com sede no Município de Arceburgo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de outubro de 2015.

Geisa Teixeira

Justificação: A Folia de Reis Arceburguense, fundada em 10 de junho de 1996, na cidade de Arceburgo, é uma sociedade civil de caráter cultural, sem fins lucrativos, que tem sua sede no Município de Arceburgo.

A entidade tem como finalidade principal promover a divulgação do folclore e da cultura popular do Município de Arceburgo e das cidades circunvizinhas, bem como das disciplinas a ela correlatas.

Considerando o importante trabalho desenvolvido pela Folia de Reis na comunidade de Arceburgo, contamos com o apoio dos nossos pares para a aprovação desta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.986/2015

Declara de utilidade pública a Associação Casa Recomeçar, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa Recomeçar, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de outubro de 2015.

Arlete Magalhães

Justificação: A Associação Casa Recomeçar, fundada em 5/6/2014, é uma entidade civil filantrópica, sem fins lucrativos, de caráter assistencial, educacional e cultural, com atuação nas áreas de estudo, pesquisa e meio ambiente. Constituem finalidades da associação as atividades de promoção da educação, observando-se a forma complementar de participação, a promoção da cultura, a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico, a promoção da segurança alimentar e nutricional, a defesa, a preservação e a conservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável. Visa, ainda, à promoção do voluntariado, da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais e do desenvolvimento econômico e social, combatendo a pobreza. Promove ainda estudos e pesquisas, o desenvolvimento de tecnologias alternativas, a produção e a divulgação de informações e de conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades supra-mencionadas, além do fomento ao esporte amador e da promoção de direitos estabelecidos.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.987/2015

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Penha de França, com sede em Itamarandiba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Penha de França, com sede no município de Itamarandiba.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de outubro de 2015.

Wander Borges

Justificação: A Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Penha de França, com sede no Município de Itamarandiba, é uma associação sem fins lucrativos e duração por tempo indeterminado, e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, que nada recebem pelo exercício de suas funções. A referida entidade tem por finalidade promover a fixação do homem no campo, proporcionando melhoria da qualidade de vida da família rural, promover a divulgação de seus produtos e derivados, colaborar e elaborar medidas e campanhas que visam à proteção e preservação do meio ambiente e proporcionar alternativa de trabalho para a família rural, visto que podem exercer a profissão, além dos homens e adolescentes, as mulheres e os idosos. Visa, ainda, promover e incentivar o turismo rural e ecológico, entre outros objetivos. Sendo assim, devido ao imenso trabalho de cunho social, importante para os produtores rurais da região, faz-se mais que oportuno que se declare de utilidade pública essa associação, razão pela qual conto com a anuência dos nobres colegas.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.574/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento do Sr. José Eduardo Dutra, ex-presidente do PT e da Petrobras. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 2.575/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para expansão do programa de educação ambiental Nadando com o Theo pelo Rio das Velhas para outras bacias hidrográficas do Estado.

Nº 2.576/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que seja criada uma diretoria de educação ambiental responsável pela elaboração de programas de educação ambiental a serem desenvolvidos especialmente para as crianças e os jovens estudantes de todas as regiões do Estado.

Nº 2.577/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para liberação dos recursos financeiros necessários à continuação da execução do programa de educação ambiental Nadando com o Theo pelo Rio das Velhas.

Nº 2.578/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para a fiscalização da exploração de areia e dos seus impactos ambientais em Esmeraldas.

Nº 2.579/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – Sedru – e à Copasa – MG pedido de providências para que seja elaborado um plano de investimentos para saneamento básico com fornecimento de água e implantação de redes de esgoto e estação de tratamento em Esmeraldas.

Nº 2.580/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Eugênio Pinto Massote por sua escolha como empresário do ano pela Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais. (– À Comissão de Turismo.)

Nº 2.581/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Ten.-Cel. PM Antônio Librelon de Oliveira pelo trabalho desenvolvido com êxito no comando militar do Município de Sete Lagoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.582/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Vanderlei Oliveira de Timóteo, jornalista, pela sua atuação como debatedor no programa *Rádio Vivo* da Rádio Itatiaia de Belo Horizonte. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 2.583/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Associação Comercial e Industrial de Sete Lagoas – ACI – pelos 80 anos de sua fundação. (– À Comissão de Turismo.)

Nº 2.584/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Cultura pedido de providências para divulgar o turismo do Município de Sete Lagoas na programação da TV Minas e da Rádio Inconfidência e para criar, em parceria com a Secretaria de Turismo, plano de trabalho conjunto com vistas a promover os destinos turísticos por meio de propaganda institucional do governo do Estado. (– À Comissão de Turismo.)

Nº 2.585/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Cel. PM Gilmar Prates Teixeira pelo trabalho desenvolvido com êxito no comando da 14ª Região da Polícia Militar. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.586/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Tribunal de Contas pela iniciativa da realização do I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 2.587/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Juarez Ferreira da Luz, delegado regional da Polícia Civil em Sete Lagoas, pelo trabalho desenvolvido com êxito nesse município. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.588/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para atender à necessidade de aquisição de uma ambulância para Santa Bárbara do Monte Verde. (– À Comissão de Saúde.)



Nº 2.589/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para a realização de convênio entre essa secretaria e a Santa Casa de Rio Preto, com vistas à aquisição de medicamentos. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.590/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências com vistas à aquisição de equipamento odontológico para Santa Rita de Ibitipoca. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.591/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para sanar os problemas de atrasos nos repasses de remédios para Santa Bárbara do Monte Verde. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.592/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de providências para a construção de estação de tratamento de esgoto em Santa Bárbara do Monte Verde. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.593/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de providências com vistas à destinação de recursos para a construção de estação de tratamento de esgoto em Santa Rita do Ibitipoca. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.594/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de providências para a continuação das obras de saneamento básico em Santos Dumont, notadamente da estação de tratamento de esgoto. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.595/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de providências para a realização de obras de saneamento básico em São João Nepomuceno. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.596/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para sanar os problemas de atrasos nos repasses de remédios para o Município de Belmiro Braga. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.597/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências para melhoria na prestação dos serviços em Santos Dumont, onde várias obras iniciadas por essa companhia não foram concluídas. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.598/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para aquisição de um micro-ônibus para Santa Rita de Jacutinga. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.599/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de providências para a construção de uma estação de tratamento de esgoto em Chácara. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.600/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de providências para a construção de uma estação de tratamento de esgoto em Rochedo de Minas. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.601/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de providências para a continuação das obras de saneamento básico em Goianá, notadamente da estação de tratamento de esgoto. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.602/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de providências para a realização de obras nas estações de tratamento de água e de esgoto de Bias Fortes. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.603/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de providências com vistas à destinação de recursos para a construção de estações de tratamento de água e de esgoto de Santa Rita de Jacutinga. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.604/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de providências para a ampliação dos recursos destinados pelo governo para investimentos na gestão da água e no Departamento Municipal de Água e Esgoto – Demae – de Lima Duarte. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.605/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para a aquisição de veículos para Rio Preto, tendo em vista a necessidade de transporte de pacientes em tratamento de saúde em Juiz de Fora. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.606/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para a compra de equipamentos para atender as necessidades da Unidade Básica de Saúde Doutor Áureo G. Lins, em Simão Pereira. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.607/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para a implantação do núcleo de apoio à saúde da família – Nasf – em Coronel Pacheco. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.608/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de providências para a inclusão de Rio Novo em programas que promovam a saúde por meio do acesso ao saneamento básico, para atendimento do Bairro Água Branca, que não tem tratamento de esgoto. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.609/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a redução do ônus da municipalidade no convênio celebrado entre Coronel Pacheco e o governo do Estado, relativo a recursos para a segurança pública. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.610/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Jailson Macêdo Freitas, juiz de futebol, por admitir seu erro ao expulsar o jogador Egídio, do Palmeiras, e reconsiderar sua decisão, em partida do Campeonato Brasileiro de Futebol, no dia 4/10/2015, entre Chapecoense e Palmeiras. (– À Comissão de Esporte.)



Nº 2.611/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de providências para a destinação de recursos para as obras de saneamento básico em Olaria, principalmente as de tratamento de água e esgoto. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.612/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social – Seds – pedido de providências para aumentar o efetivo da Polícia Militar em Chácara. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.613/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social – Seds – pedido de providências para aumentar o efetivo da Polícia Militar em Olaria. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.614/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a redução do ônus da municipalidade no convênio celebrado entre Olaria e o governo do Estado, relativo a recursos para a segurança pública. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.615/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de providências para a destinação de recursos para obras de saneamento básico em Aracitaba. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.616/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a redução do ônus da municipalidade no convênio celebrado entre Chácara e o governo do Estado, relativo a recursos para a segurança pública. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.617/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a redução do ônus da municipalidade no convênio celebrado entre Rochedo de Minas e o governo do Estado, relativo a recursos para a segurança pública. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.618/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a redução do ônus da municipalidade no convênio celebrado entre Belmiro Braga e o governo do Estado, relativo a recursos para a segurança pública. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.619/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para a construção de um centro de fisioterapia em Olaria. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.620/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para a aquisição de uma ambulância e a construção de um centro de fisioterapia em Chácara. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.621/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para a aquisição de uma *van* para Rochedo de Minas. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.622/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para a reforma das unidades básicas de saúde de Belmiro Braga. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.623/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de providências para a construção de uma estação de tratamento de esgoto em Belmiro Braga. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.624/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de providências para a construção de uma estação de tratamento de esgoto em Coronel Pacheco. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.625/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a redução do ônus da municipalidade no atual convênio de recursos para a segurança pública em Santa Bárbara do Monte Verde. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.626/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a redução do ônus da municipalidade no atual convênio de recursos para a segurança pública em Santa Rita de Ibitipoca. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.627/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a redução do ônus da municipalidade no atual convênio de recursos para a segurança pública em Santos Dumont. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.628/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a redução do ônus da municipalidade no atual convênio de recursos para a segurança pública em Rio Preto. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.629/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de providências para a construção de uma estação de tratamento de esgoto em Rio Preto. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.630/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a redução do ônus da municipalidade no atual convênio de recursos para a segurança pública em Simão Pereira. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.631/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a redução do ônus da municipalidade no atual convênio de recursos para a segurança pública em Santa Rita de Jacutinga. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.632/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a redução do ônus da municipalidade no atual convênio de recursos para a segurança pública em Bias Fortes. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.633/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os bombeiros militares que menciona, lotados nos 1º, 2º e 3º Batalhões de Bombeiro Militar, no Batalhão de Operações Aéreas – BOA –, no Batalhão de



Emergências Ambientais e Resposta a Desastres – Bemad –, na Companhia Independente de Resgate – CIR – e no Comando Operacional de Bombeiros – COB –, pela atuação no combate a um incêndio, em 25/9/2015, na Prefeitura de Santa Luzia; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.634/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de informações sobre a origem dos desmatamentos detectados no Estado, no período de 2011 a 2015. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 2.635/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a política pública para fiscalização e controle do desmatamento no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 2.636/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que o Estado assumira a gestão das unidades de conservação já criadas.

Nº 2.637/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema – pedido de providências para a criação de um grupo de trabalho para estudar meios mais eficazes de fiscalização das áreas sujeitas ao desflorestamento no Estado, com a participação do governo e da sociedade civil, em especial da Semad, do IEF, do Igam, da Seapa, da Seda, da Emater, da Polícia Militar Ambiental e da Embrapa.

Nº 2.638/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para a adoção, como áreas prioritárias de fiscalização, dos municípios com maior incidência histórica de desflorestamento; a priorização do fomento à adoção de sistemas agroecológicos de produção associados a outras práticas sustentáveis; a promoção de fóruns municipais envolvendo os poderes públicos municipais e a sociedade civil nos dez maiores municípios desmatados para discussão do desflorestamento, com o objetivo de encontrar alternativas econômicas para o problema; a priorização e a regularização fundiária de unidades de conservação; e a inserção na gestão ambiental rural do Estado da base cartográfica do Cadastro Ambiental Rural – CAR – e das áreas inscritas no Plano de Recuperação Ambiental – PRA – como referência para acompanhamento e fiscalização ambiental.

Nº 2.639/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 14º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 8/10/2015, em Ipatinga, que resultou na apreensão de drogas e na detenção de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.640/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 5ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/10/2015, em Itaúna, que resultou na apreensão de drogas e na detenção de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.641/2015, da deputada Geisa Teixeira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Boa Esperança pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 2.642/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 8ª Companhia Independente de Polícia Militar e no 40º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 8/10/2015, em Esmeraldas, que resultou na apreensão de armas de fogo, drogas, quantia em dinheiro e na detenção de três pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.643/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na Companhia de Meio Ambiente da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 7/10/2015, em Raposos, que resultou na apreensão de 143 pássaros da fauna silvestre e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.644/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 61º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 7/10/2015, em Sabará, que resultou na apreensão de armas, drogas, chave de um carro clonado, objetos de valor e na prisão de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.645/2015, da deputada Geisa Teixeira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Alfenas pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 2.646/2015, da deputada Geisa Teixeira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de São Sebastião do Paraíso pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 2.647/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 37º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 7/10/2015, em Sacramento, que resultou na apreensão de uma arma branca, drogas, material para embalagem de drogas, balança de precisão, simulacro de submetralhadora, caderneta com anotações referentes ao comércio de drogas e na detenção de quatro pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.648/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 12ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar e no 14º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na

ocorrência, em 7/10/2015, em Ipaba, que resultou na apreensão de uma submetralhadora e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 2.199/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que solicita seja encaminhado à Presidência desta Casa pedido de providências para adesão à campanha "Chega de Propaganda de Cerveja na TV para Crianças e Adolescentes", visando a apoiar o projeto de lei de iniciativa popular que altera o parágrafo único do art. 1º da Lei Federal nº 9.294, de 1996, para que as restrições à publicidade passem a abranger toda bebida com graduação alcoólica igual ou superior a 0,5 grau Gay-Lussac, conforme definição técnica do Decreto nº 6.117, de 2007, que aprova a Política Nacional Sobre o Alcool. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 2.200/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado à Presidência desta Casa pedido de providências para que seja designada comissão para participar das celebrações oficiais de beatificação do Venerável Francisco de Paula Victor – Padre Victor –, a realizar-se no dia 14/11/2015, em Três Pontas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 2.201/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita a interrupção da reunião ordinária para receber o secretário de Esportes para apresentar a organização do Estado para as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016.

Oradores Inscritos

– Os deputados João Leite e Doutor Jean Freire proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Questões de Ordem

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir encerramento de plano da reunião por falta de quórum.

O deputado João Leite – Peço recomposição de quórum.

O presidente – É regimental. Solicito ao secretário que proceda à chamada das deputadas e dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 9 deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O presidente – A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 14, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.) Levanta-se a reunião.

ATA DA 39ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/10/2015

Presidência do Deputado Adalclever Lopes

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Cabo Júlio – Entrega de Placa – Palavras do Cel. Luiz Henrique Gualberto Moreira – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Adalclever Lopes – Cabo Júlio – Duarte Bechir.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

Atas

– O deputado Duarte Bechir, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Cel. Luiz Henrique Gualberto Moreira, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; Bernardo Santana, secretário de Estado de Defesa Social; vereador Bim da Ambulância, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Cel. Helder Ângelo e Silva, chefe do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais; e Maj. Sandro, representando o Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais; a Exma. Sra. Cristiane Lima, delegada-geral da Polícia Civil, representando o chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, Wanderson Gomes da Silva; e o Exmo. Sr. Deputado Cabo Júlio, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor – Registramos a presença dos coronéis do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais Ezequiel Silva, Érica Matos Ladeira, Alexandre Brasil, Sebastião Carlos, Maurício de Lima Ramos, Ricardo Eugênio e Orlando José Silva e do Cel. QOR José Honorato Ameno.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos todos a, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será executado pela Bombeiro Instrumental Orquestra Show – Bios –, sob a regência do Subten. Buenos Aires.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.



Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo da história do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Cabo Júlio

Exmos. Srs. Deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nosso amigo; Bernardo Santana, secretário de Defesa Social, grandioso companheiro; Cel. Luiz Henrique Gualberto Moreira, meu comandante, comandante-geral do Corpo de Bombeiros; Cel. Hélder Ângelo e Silva, chefe do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros; vereador Bim da Ambulância, nosso amigo, neste ato representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; e Exma. Sra. Cristiane Lima, delegada-geral de polícia, representando, neste ato, o Dr. Wanderson Gomes, chefe da Polícia de Minas Gerais; senhoras e senhores oficiais e praças e convidados desta noite, se alguém me perguntasse por que fiz esse requerimento para homenagear o Corpo de Bombeiros, acho que eu poderia ir embora, porque o vídeo fala por si. Ele mostrou a grandiosidade da instituição. Somos centenas, senão uma grande quantidade de heroínas e heróis anônimos. Talvez essa seja uma das poucas instituições que trabalha todo dia, toda hora e que funciona salvando vidas, cuidando das pessoas. Mas muitas vezes ela não é valorizada. O bombeiro também não pede para ser valorizado. Se alguém agradece, ele vai; se não agradece, ele vai do mesmo jeito, porque é a sua missão, e, mais do que isso, é o seu sacerdócio. E não há um sacerdócio maior do que o de salvar vidas.

Foi por isso que recolhemos assinaturas com os demais deputados para fazer esta homenagem. Queremos homenagear também o Corpo de Bombeiros pelos seus 104 anos, que foram comemorados no último 31 de agosto.

Peguei alguns dados fantásticos, secretário Bernardo, alguns números. É grandioso demais. Em 2014, o Corpo de Bombeiros registrou 331 mil ocorrências. É muita coisa. Só para o senhor ter ideia, secretário, com a Emenda nº 39, eu e um grande grupo de colegas fomos ao Corpo de Bombeiros. Acompanhamos lá. Há colegas, por exemplo, do resgate – permitam-me pegar esse exemplo – que trabalham tanto que, quando ligam para o 193, eles dizem: “Você poderia me dar um tempinho. Não é para eu almoçar, dê-me 5 minutos só para eu parar o resgate e comprar um marmitex. Vou continuar trabalhando e comerei no caminho”. Isso de tanto que a turma trabalha. Essa turma, secretário, é apaixonada. Para ser bombeiro tem de ter paixão. É uma profissão que coloca em risco a vida para salvar vidas. Às vezes, aquele que salvamos nem sequer se lembra de voltar para agradecer. Tem de gostar muito. É por isso que hoje estamos homenageando uma turma de apaixonados.

Como disse, foram 331 mil ocorrências. O efetivo da corporação hoje é de 6.200 homens, com uma frota de 1.050 viaturas. A instituição está presente em 63 municípios. Para os próximos três anos, a meta é chegar, pelo menos, a 80.

Foram esses os motivos que me levaram a fazer esta homenagem. É a minha casa, é um reconhecimento por tudo o que os colegas fazem. Os que estão nos acompanhando pela TV Assembleia, talvez nos batalhões, sintam-se também homenageados. A Assembleia, que, neste ato, representa o Estado de Minas Gerais, faz um agradecimento público a todos os senhores. Usando uma palavra talvez muito pouco usada, obrigado. Obrigado por cuidarem de nós, por cuidarem de nossa família. Nada mais do que a obrigação.

Até estava falando com o comandante agora sobre alguns dados. Com a velocidade das informações de rede social, às vezes gastamos mais tempo, como representante de classe, desmentindo o que dizem que é ou o que não é do que propriamente informando. Mas foi confirmado pelo governo do Estado o concurso de 530 vagas para soldados combatentes e especialistas e 30 vagas para o CFO.

Com toda a crise que estamos vivendo de falta de dinheiro, um compromisso do governo do Estado é dar aquele *plus* que o Corpo de Bombeiros merece. Esse é o nosso desafio.

Comandante, o senhor sabe que um deputado estadual tem um certo valor de emendas. Geralmente os deputados destinam esse valor a prefeituras, instituições, para isso e aquilo. Assim, disse para mim mesmo: não tenho como atender uma instituição de fora se não atender primeiro uma de dentro. Tenho de cuidar da minha casa. A grande reclamação da turma é a falta de vagas, ficou pequeno o HPM, aquele pronto-socorro. Na semana passada, levamos ali um cheque de R\$500.000,00 para aumentar a capacidade de atendimento das nossas famílias. Para o pelotão de Juatuba, atendendo a um pleito de um colega, o Sgt. Mendes, militar de lá, destinamos R\$50.000,00, que serão usados na segurança, a fim de fechar o pelotão. Na próxima semana chegarão recursos a Pirapora. Conseguimos mais R\$75.000,00. No ano passado havíamos destinado R\$300.000,00. Depois das eleições tudo mudou; cortaram a emenda, que só agora conseguimos resgatar. Parece-me que o senhor pretende transformar esse recurso em equipamentos de mergulho para treinar todos os que passam pela academia. São mais R\$300.000,00. Na segunda-feira não pude ir a Teófilo Otôni porque estava aqui, votando, com o nosso presidente. Entregamos uma academia de ginástica, novinha em folha, para os militares da companhia de Teófilo Otôni. Vi as fotos. Isso é para cuidar de nós, da nossa turma. Por último, também atendemos São João del-Rei. Agora, comandante, em novembro, vamos destinar recursos para a Nais da academia e a Nais do 3º Batalhão. Talvez, pela primeira vez na história, um parlamentar destine 100% das suas emendas ao seu público interno, o que nada mais é que sua obrigação. Com esses benefícios que levamos para a nossa família militar, queremos dizer a todos vocês um sonoro muito obrigado por tudo o que fazem. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor – Neste instante, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes, e o deputado Cabo Júlio, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, farão a entrega ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Cel. Luiz Henrique Gualberto Moreira, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Com a nobre missão de salvar vidas e bens, foi criado, em 31/8/1911, o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. A renomada instituição exerce as mais diversas e complexas atividades, como operações de busca, salvamento e resgate, ações de defesa civil, prevenção e combate a incêndios e estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seu patrimônio. Para isso, investe cada vez mais em modernização, qualificação profissional, implantação de unidades especializadas e expansão de seus serviços para o maior número possível de municípios mineiros. Por sua excelência no atendimento à população, a Assembleia



Legislativa do Estado de Minas Gerais rende homenagem a essa prestigiosa corporação, que, há 104 anos, vem servindo ao Estado e a seus cidadãos”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Cel. Luiz Henrique Gualberto Moreira

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa deputado Adalclever Lopes, grande amigo da nossa corporação, muito obrigado; Exmo. Sr. Secretário de Defesa Social Bernardo Santana, sou seu grande admirador, muito obrigado por liderar a nossa Defesa Social com tanta competência; Exmo. Sr. Vereador Bim da Ambulância, amigo que sempre nos apoia nos momentos de grandes dificuldades; Exma. Sra. Delegada-Geral de Polícia Dra. Cristiana Lima, representando o grande amigo Dr. Wanderson; Exmo. Sr. Chefe do Estado-Maior Cel. Helder Ângelo; Exmo. Sr. Major Sandro, representando o Cel. Bianchini, da Polícia Militar; Exmo. Sr. Deputado Cabo Júlio, autor do grande requerimento que deu origem a esta homenagem; senhoras e senhores, caros irmãos e irmãs de farda, boa noite.

É com imensa alegria que recebi o convite para esta justa homenagem ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais requerida pelo deputado Cabo Júlio. É uma honra para a corporação receber esta homenagem de tão grande importância desta Casa Legislativa, que tem a missão de representar o povo mineiro.

Sendo assim, o povo mineiro, por intermédio de seus representantes, reconhece todo o esforço e toda a dedicação do Corpo de Bombeiros na busca de melhor atender a sociedade, através da prestação de um serviço com qualidade e eficiência. Como representante da instituição nesta reunião tão especial, gostaria de agradecer profundamente aos senhores deputados todo o apoio e confiança depositados na nossa corporação.

Após um pouco mais de nove meses à frente do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, tenho a convicção de que a corporação tem avançado muito. Nesse curto período de tempo, sempre contando com o apoio da Assembleia Legislativa, tivemos a grata satisfação de realizar a inauguração do 4º Comando Operacional de Bombeiros de Montes Claros, do 5º Comando Operacional de Bombeiros de Governador Valadares e do 6º Comando Operacional de Bombeiros de Poços de Caldas, a elevação da companhia de Barbacena à categoria de Companhia Independente, a inauguração do pelotão de Caratinga, do pelotão de Leopoldina e do pelotão de Guaxupé.

Realizamos ainda o lançamento do Plano de Comando do Corpo de Bombeiros para o período de 2015 a 2026, plano que contém o planejamento estratégico e a carteira de programas e projetos, documentos que vão nortear as ações da corporação nos próximos anos.

Estamos trabalhando arduamente para que ainda neste ano possamos realizar a aquisição de novas viaturas e equipamentos operacionais e melhorar as instalações físicas de algumas unidades, visando melhorar as condições de trabalho dos bombeiros e, conseqüentemente, oferecer uma melhor resposta aos cidadãos. Sabemos que ainda temos muito que fazer, mas acreditamos estar no caminho certo, com a participação e a ajuda de todos.

Aliás, essa é uma característica do nosso comando. Trabalhamos em conjunto, as decisões são tomadas de forma colegiada, buscando sempre o melhor para a comunidade e a sociedade. É claro que essa homenagem não é dirigida somente a mim, comandante-geral do Corpo de Bombeiros, mas a todos aqueles que diuturnamente labutam sem descanso pelo bem maior que todos nós possuímos, a vida. Aos valorosos soldados do fogo, nosso muito obrigado. Essa homenagem é para vocês. São vocês que fazem a corporação funcionar; são vocês que dedicam a vida em função do próximo; são vocês que fazem do Corpo de Bombeiros essa instituição tão querida e respeitada pela população. Portanto, parabéns a todos vocês. E o meu muito obrigado.

Palavras do Presidente

Exmo. Sr. Bernardo Santana, secretário de Defesa Social, neste ato representando o governador; Exmo. Sr. Cel. Luiz Henrique Gualberto Moreira, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Maj. Sandro, representando o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini; Exma. Sra. Cristiane Lima, delegada-geral de Polícia Civil, representando o chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, Dr. Wanderson Gomes da Silva; Exmo. Sr. Vereador Bim da Ambulância, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Exmo. Sr. Chefe do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros Militar, Cel. Helder Ângelo e Silva; Exmo. Sr. Deputado Cabo Júlio, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem e que continua aqui membro da corporação 24 horas por dia a favor do Corpo de Bombeiros; senhoras e senhores militares, caros senhores e senhoras.

No ano de 1911, quando Belo Horizonte ainda dava seus primeiros passos, nascia uma corporação que, criada com a função específica de combater incêndios, iria desenvolver-se, expandir suas atribuições e seu campo de atuação de acordo com as demandas, as características e o crescimento da nossa querida Belo Horizonte e de Minas Gerais. Desde seus primeiros tempos, caracterizou-se pela colaboração, espírito de solidariedade.

Esse propósito tornou-se marca dos soldados do fogo. Nas enchentes, alagamentos, sempre salvando vidas; na alegria e na tristeza, o Corpo de Bombeiros está sempre presente. É uma profissão que se torna assim carregada de sentido humano, decorrente do compartilhamento da dor e da alegria. É oportuno lembrar, neste momento, outra função extremamente importante do Corpo de Bombeiros, que é a da prevenção. O bombeiro trabalha 24 horas a favor da prevenção. Como disse aqui o querido companheiro Cabo Júlio, a corporação se faz presente em mais de sessenta e dois municípios mineiros, mas seu planejamento prevê que esse número chegue a 80 cidades nos próximos três anos.

Passados 104 anos de sua fundação, o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais estruturou-se, modernizou-se e ampliou ainda mais sua atuação, contando com um contingente de 6.200 homens e mulheres em suas fileiras; só no ano passado, atendeu 334 mil ocorrências em todo o Estado. Por toda a sua história, serviços, seriedade e comprometimento, é, sem dúvida, uma das instituições de maior respeito e confiança em Minas Gerais, constituindo-se, assim, em orgulho para todos os mineiros.

Cumprimentando especialmente seu comandante-geral, Cel. Luiz Henrique Gualberto Moreira, parabenizamos todos aqueles que fizeram e continuam a fazer parte desta valorosa corporação, referência para outros estados brasileiros. Aos senhores e senhoras, heróis de verdade, o meu muito obrigado. Obrigado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

Apresentação Musical

O locutor – Ouviremos agora a Bombeiro Instrumental Orquestra Show – Bios –, que executará a música *South rampart street parade*, de Ray Bauduc e Bob Haggart, tradicional jazz norte-americano dos anos 1930.

– Procede-se à apresentação musical.

O locutor – A Bios apresentará agora uma mescla da *Canção do bombeiro* com a famosa trilha do filme *Missão impossível*. Evocando o espírito de superação frente a qualquer situação, os temas são apresentados em três partes: o chamado, a missão e, por fim, o triunfo final, através da canção que retrata o dever, o compromisso e a honra do Bombeiro Militar. As composições são do Ten.-Cel. João Batista de Assis e de Lalo Schiffrin, com arranjo do 1º-Sargento BM Santana, recebendo o nome de *Missão bombeiro*.

– Procede-se à apresentação musical.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 13, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 10/10/2015.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/9/2015

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a ouvir a explanação do trabalho desenvolvido pela Associação Ação Solidária às Pessoas com Câncer – Aspec –, com sede em Belo Horizonte, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Sr. Marcelo Luiz Pedroso, diretor-tesoureiro da Aspec, que é convidado a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 1.553, 1.599 e 1.668/2015 (relator: deputado Arlen Santiago). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.358 a 3.365/2015. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2015.

Arlen Santiago, presidente – Carlos Pimenta – Ricardo Faria – Antônio Jorge.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/9/2015

Às 9h42min, comparece na Sala das Comissões o deputado Professor Neivaldo, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Cristiano Silveira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Neivaldo, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação da rede municipal de educação de Ibitité. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais – CUT-MG – e coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE; e os Srs. Alfredo Ananias Avelar, diretor educacional, representando Webster Silvino de Oliveira, superintendente regional de Ensino da Metropolitana B; Rafael Calado Alves, coordenador-geral da sede Ibitité do Sind-UTE; João Carlos Alves Arêas e Flávio Andrade do Carmo, diretores da sede Ibitité do Sind-UTE e conselheiros do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2015.

Paulo Lamac, presidente – Douglas Melo – Ivair Nogueira.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/9/2015

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Felipe Attiê, Rogério Correia, Thiago Cota e João Alberto (substituindo o deputado Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de

correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Fernando Damata Pimentel (6), governador do Estado (3/9/2015), e Djair Fiorillo Lopes, diretor do Departamento de Gestão Interna do Ministério da Integração Nacional (4/9/2015). Suspende-se a reunião. Às 11h19min, são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Tiago Ulisses, Felipe Attiê, Thiago Cota, João Magalhães e Paulo Lamac (substituindo estes, respectivamente, os deputados Vanderlei Miranda e Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São retirados de pauta por determinação do presidente da comissão a Mensagem nº 61/2015 por haver sido apreciada em reunião anterior, e as Mensagens nºs 65 a 71/2015 e o Projeto de Lei nº 2.720/2015 por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela ratificação, por meio de projetos de resolução, dos regimes especiais de tributação encaminhados pelas Mensagens nºs 60/2015 (relator: deputado Paulo Lamac); 62 e 64/2015 (relator: deputado Thiago Cota) e 63/2015 (relator: deputado João Magalhães). O presidente determina a distribuição em avulso do parecer que conclui pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.544/2015 na forma do vencido no 1º turno com a Emenda nº 1, do qual é relator. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.218/2015, dos deputados Arnaldo Silva e João Alberto, em que solicitam seja encaminhado à Sra. Cristiane Amaral Serpa, diretora-presidente do Indi, pedido de providências no sentido de encaminhar a esta Casa a relação das empresas que estão com processos paralisados cujo interesse é o início de suas atividades comerciais no Estado de Minas Gerais ou a ampliação de suas atividades, no caso de empresas que já se encontram instaladas no Estado, bem como a relação detalhada contendo o nome, o valor do investimento pretendido e a data do protocolo junto ao órgão, e aqueles que já foram encaminhados aos órgãos competentes do governo;

nº 3.389/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o sistema tributário no Brasil e no Estado de Minas Gerais.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o seguinte requerimento:

nº 3.445/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Gustavo Corrêa, Felipe Attiê, João Leite, Gustavo Valadares e Carlos Pimenta, em que solicitam seja realizada reunião com a presença do Sr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, para prestar informações sobre a real situação financeira e orçamentária do Estado, e esclarecer quais programas governamentais estão sendo contingenciados e a repercussão na execução das respectivas políticas públicas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Felipe Attiê – Rogério Correia – Professor Neivaldo – Geraldo Pimenta.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/9/2015

Às 10h42min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Alberto, Antônio Jorge, Isauro Calais, Luiz Humberto Carneiro e Rogério Correia (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Alberto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Antônio Jorge, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da correspondência: *e-mail* do Sr. Jesus Leão da Cunha, manifestando-se contrariamente ao Projeto de Lei nº 2.252/2015, que fixa o subsídio mensal dos membros do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. Registra-se a saída do deputado Rogério Correia. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 232, 1.078, 2.013, 2.253, 2.273, 2.153, 2.200, 2.208, 2.259, 2.267/2015 são retirados da pauta por deliberação da comissão a requerimento do deputado João Alberto. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.152/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado João Alberto). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.923/2015 na forma do Substitutivo nº 1; 1.972/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro); 2.551/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Isauro Calais). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 18/2015 (relator: deputado Isauro Calais, em virtude de redistribuição) e 25/2015 (relator: deputado Antônio Jorge). Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Luiz Humberto Carneiro, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 712/2015 na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Isauro Calais. A presidência suspende a reunião. Às 11h18min, são reabertos os trabalhos. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.167/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado João Alberto). Registram-se a saída do deputado Antônio Jorge e a presença da deputada Marília Campos (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.202 e 2.241/2015 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro). São convertidos em diligência ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Confins o Projeto de Lei nº



2.209/2015 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro); ao autor e ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 2.274/2015 (relator: deputado Isauro Calais). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.272/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Antônio Jorge. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Registra-se a presença do deputado Antônio Jorge. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.183, 1.277, 2.158, 2.196, 2.198, 2.205 e 2.246/2015 (relator: deputado Isauro Calais, sendo o segundo e o quarto em virtude de redistribuição); 2.161, 2.185, 2.203, 2.214 e 2.266/2015 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro); 2.171, 2.188 com a Emenda nº 1, 2.204 e 2.255/2015 (relator: deputado João Alberto); 2.181, 2.187, 2.199, 2.220, 2.247 e 2.268/2015 (relator: deputado Antônio Jorge). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos que solicitam pedido de informações, nos termos do art. 301, parágrafo único, do Regimento Interno, aos respectivos autores dos Projetos de Lei nºs 2.207, 2.217, 2.219, 2.221, 2.222, 2.244, 2.245, 2.248 a 2.250, 2.256 a 2.258, 2.302 a 2.304, 2.306, 2.308, 2.310, 2.312 a 2.314 e 2.408/2015 e ao secretário de Casa Civil, relativamente aos Projetos de Lei nºs 2.190 e 2.218/2015, para que instruem as referidas proposições com a documentação necessária à sua tramitação. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 3.455/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça para debater o Projeto de Lei Complementar nº 5/2015, que fixa teto para aposentadorias e pensões, institui o regime de previdência complementar para os deputados estaduais, altera a Lei Complementar nº 132, de 7/1/2014, e dá outras providências, à luz do posicionamento do procurador-geral da República, que propõe a arguição de descumprimento de preceito fundamental contra normas do Estado de Minas Gerais, as quais dispõem sobre o funcionamento do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Iplemg – e instituem sistema próprio de previdência parlamentar.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – Antônio Jorge – Bonifácio Mourão – Felipe Attiê – Vanderlei Miranda.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/9/2015

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Emidinho Madeira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e a votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Everton Augusto Paiva Ferreira, coordenador-geral de Fomento à Ater publicado no *Diário do Legislativo* em 3/9/2015. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.987/2015, em turno único (deputado Emidinho Madeira); 1.988/2015, em turno único (deputado Inácio Franco), 2.511/2015, no 1º turno, e 1.152/2015, em turno único (deputado Nozinho). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.005/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja encaminhado à Fundação TV Minas Cultural e Educativa – Rede Minas – pedido de providências para que disponibilize tempo de programação para promover informações sobre a equideocultura no Estado, tendo em vista a importância econômica, social e cultural desse segmento do agronegócio em Minas Gerais;

nº 1.006/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências no sentido de alterar a regulamentação sanitária de equídeos, de maneira que seja permitida a utilização apenas de uma resenha para controle e fiscalização do mormo e da anemia infecciosa equina;

nº 1.007/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para que reitere junto ao Confaz a revogação do Convênio ICMS nº 136/1993, para que permita aos estados elaborarem suas próprias regulamentações sobre a matéria e a simplificação, simultaneamente à redução de custos e fomento do segmento produtivo da equideocultura; e, ainda, seja encaminhada cópia do requerimento a todos os secretários de Estado de Fazenda do País;

nº 3.146/2015, do deputado Nozinho, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial para debater o processo de estadualização da CeasaMinas S.A, a que se refere o Projeto de Lei nº 1.295/2015, considerando os entraves legais e operacionais a serem enfrentados e a perspectiva de atendimento aos usuários;

nº 3.464/2015, dos deputados Fabiano Tolentino e Nozinho, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para o reestabelecimento de programa de governo focado na certificação, formalização, qualidade e comercialização da cachaça artesanal do Estado;

nº 3.467/2015, do deputado Elismar Prado, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a licença/certificado de outorgas superficiais, coletivas, subterrâneas, instalações de horímetro e hidrômetro nas captações para irrigação da agricultura no Município de Monte Carmelo.

Registra-se a presença do deputado Nozinho. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2015.

Fabiano Tolentino, presidente – Antônio Carlos Arantes – Emidinho Madeira – Inácio Franco.

**ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/9/2015**

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados João Leite, Antônio Jorge e Professor Neivaldo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, em virtude do art. 120, III, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e solicita aos membros da comissão presentes que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater a previsão de nomeações dos aprovados no concurso público da Secretaria de Estado de Saúde – SES –, regido pelo Edital nº 2/2014 e homologado em 14/2/2015, para provimento de cargos das carreiras de ensino médio e superior do quadro de pessoal, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Diana Martins Barbosa, presidente da Associação dos Especialistas em Políticas e Gestão da Saúde do Estado de Minas Gerais – Aepgs; Camila Zanon Gomes, advogada e representante dos aprovados no concurso da Secretaria de Estado de Saúde; Bárbara Quintela Zanette Reis, representante dos aprovados no concurso da Secretaria de Estado de Saúde; Bárbara Quintela Zanette Reis, representante dos aprovados no concurso da Secretaria de Estado de Saúde; e Luzineide Oliveira Mendes, relações públicas e representante dos concursados; e os Srs. Ederson Alves da Silva, vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde; Érico de Moraes Colen, coordenador da Secretaria de Comunicação do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind-Saúde –, representando o diretor administrativo; e André Rodrigues Pereira, representante dos concursados, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Retiram-se do recinto os deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta e João Leite. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 3.469/2015, dos deputados Ricardo Faria e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações relativas ao Concurso Público nº 2/2014, em especial os seguintes tópicos: quantos contratos por processo seletivo simplificado atuam na citada Secretaria e quando serão substituídos; quantos terceirizados há na Secretaria e quando serão substituídos; quando haverá novas nomeações em substituição àquelas tornadas sem efeito; quantos cargos vagos decorrentes de aposentadoria, demissões, falecimento, etc., desde 2008 e quando serão supridos; quando será apresentado um cronograma das nomeações incluindo os 1.026 aprovados no referido concurso;

nº 3.471/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público do Estado pedido de providências solicitando o acompanhamento da situação dos candidatos aprovados e ainda não nomeados no Concurso Público nº 2/2014, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, e a adoção de medidas que considerem cabíveis para garantir a nomeação dos candidatos aprovados para preencher o número de vagas previstas no edital do citado concurso público, no mínimo;

nº 3.472/2015, dos deputados Arlen Santiago, Ricardo Faria e Antônio Jorge, em que solicitam seja encaminhado ao secretário do Estado de Saúde pedido de informações sobre os motivos e justificativas pela não nomeação dos aprovados no Concurso Público nº 2/2014;

nº 3.473/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde para debater a utilização de insulinas análogas no tratamento de diabetes;

nº 3.477/2015, do deputado Iran Barbosa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o fechamento do setor de emergência do Hospital Odilon Behrens;

nº 3.478/2015, dos deputados Glaycon Franco e João Alberto, em que solicitam seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde no Município de Ouro Preto para debater as condições precárias de funcionamento da Santa Casa de Misericórdia;

nº 3.480/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde para debater o câncer infantojuvenil, meios de prevenção e combate à doença, métodos de tratamento, especialização de profissionais, realização de campanhas de conscientização, bem como o Projeto de Lei que cria o "Novembro Laranja", entre outros;

nº 3.481/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde para debater a urgente necessidade da reativação de 15 leitos de CTI fechados por falta de recursos financeiros na Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte;

nº 3.483/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde para debater o funcionamento do Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro (Hospital do Barreiro).

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2015.

Arlen Santiago, presidente – Glaycon Franco.

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/9/2015

Às 14h20min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Felipe Attiê, Rogério Correia, Professor Neivaldo e Geraldo Pimenta (substituindo, respectivamente, os deputados Vanderlei Miranda e Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM), e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), membros da comissão. Estão presentes também os deputados João Leite, Gustavo Corrêa, Elismar Prado, Dirceu Ribeiro e Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada



por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela ratificação, por meio de projeto de resolução, do regime especial de tributação encaminhado pela Mensagem nº 65/2015 (relator: deputado Tiago Ulisses). O presidente determina a distribuição em avulso dos pareceres pela ratificação, por meio de projetos de resolução, dos regimes especiais de tributação encaminhados pelas Mensagens nºs 66/2015 (relator: deputado Professor Neivaldo) e 67/2015 (relator: deputado Tiago Ulisses). Os deputados Rogério Correia, Geraldo Pimenta e Professor Neivaldo retiram-se da reunião. Os projetos de Lei nºs 1.405 e 2.544/2015 deixam de ser apreciados por falta de quorum. O presidente verifica de plano que não há quorum regimental para a continuidade dos trabalhos, determina a lavratura da ata e encerra a reunião.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2015.

Vanderlei Miranda, presidente – Rogério Correia – Gustavo Corrêa – João Alberto – Roberto Andrade.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/9/2015

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Professor Neivaldo e Duarte Bechir (substituindo o deputado Douglas Melo, por indicação da liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Anselmo José Domingos. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação funcional dos servidores da educação afetados pela declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 100, de 5 de novembro de 2007, e dos designados, e discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Warlene Salum Drumond Rezende, subsecretária de Gestão de Pessoas da Secretaria de Planejamento e Gestão; Guiomar Maria Jardim Leão Lara, ouvidora educacional da Ouvidoria-Geral de Minas Gerais; Ana Maria Belo de Abreu, presidente da Associação de Diretores de Escolas Oficiais do Estado de Minas Geras – Adeomg; Patrícia Resende, representante do Movimento dos Atingidos pela Lei 100; Nilcea Martins Nascimento, presidente da Associação Mineira dos Servidores Atingidos pela Lei 100 – Amsal; e Cleonice Mendonça, vice-presidente da Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais – APPMG; e os Srs. Antônio Carlos Ramos Pereira, secretário adjunto da Secretaria de Educação representando a secretária; Wieland Silberschneider, secretário adjunto de Planejamento e Gestão, representando o secretário; Eduardo Bronzato, representando a Associação dos Efetivados de Minas Gerais – Aemg; Mário de Assis, presidente da Federação das Associações, Pais e Alunos das Escolas Públicas de Minas Gerais – Fapaemg –, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e, logo em seguida, concede a palavra aos demais deputados autores do requerimento. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pelo presidente e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.512/2015, dos deputados Paulo Lamac, Duarte Bechir e Professor Neivaldo, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Planejamento e Gestão e à Secretaria de Educação pedido de providências para que, nos próximos concursos públicos na área da educação, seja considerada a possibilidade de se conceder pontuação para cada ano de efetivo exercício na área;

nº 3.513/2015, dos deputados Paulo Lamac, Duarte Bechir e Professor Neivaldo, em que solicitam sejam encaminhadas cópias dos requerimentos aprovados na 11ª Reunião Extraordinária da comissão ao Ministério Público do Estado, à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB –, à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB –, à Associação de Professores Públicos de Minas Gerais – APPMG –, à Federação das Associações de Pais e Alunos das Escolas Públicas de Minas Gerais – Fapaemg –, ao Movimento dos Atingidos pela Lei 100 e à Associação dos Efetivados de Minas Gerais – Aemg;

nº 3.514/2015, dos deputados Paulo Lamac, Duarte Bechir e Professor Neivaldo, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que os dados apresentados pelo Sr. Antônio Carlos Ramos Pereira, secretário adjunto da Secretaria de Estado de Educação, na 11ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 11/9/2015, que debateu a situação dos servidores impactados pela inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 100, de 2007, sejam divulgados a todas as superintendências regionais de ensino;

nº 3.515/2015, dos deputados Paulo Lamac, Duarte Bechir e Professor Neivaldo, em que solicitam seja encaminhado às Secretarias de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja avaliada a possibilidade de inexigibilidade de perícia médica aos aprovados no concurso da Secretaria de Educação que já exerciam a mesma função para a qual foram aprovados;

nº 3.516/2015, dos deputados Duarte Bechir, Paulo Lamac, Professor Neivaldo e Anselmo José Domingos, em que solicitam sejam enviados os esforços necessários para a formação de grupo de trabalho com vistas a propor alternativas e buscar soluções para a situação funcional dos servidores atingidos pela declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 100, de 2007; e que o referido grupo seja constituído por representantes, pelo menos, dos Poderes Executivo e Legislativo estaduais, do Ministério Público Estadual, da OAB-MG, do INSS, da CNBB, da APPMG, do Sind-Ute, da Fapaemg, da Aemg, do Movimento dos Atingidos pela Lei 100, do Sinduemg e da Adunimontes;

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2015.

Rogério Correia, presidente – Gilberto Abramo – Ivair Nogueira.

**ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/9/2015**

Às 13h45min, comparece na Sala das Comissões a deputada Marília Campos, membro da supracitada comissão. Está presente também o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a construção de moradias do programa Minha Casa, Minha Vida, conforme solicitação da Associação Habitacional de Manhauçu e Região, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidente interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Geannini Maelli Mota Miranda, promotora de justiça da Comarca de Manhauçu; Maria das Graças Florentino Cipriano Mendes, presidente da Associação Habitacional de Manhauçu e Região; e os Srs. Nailton Cotrim Heringer, prefeito de Manhauçu; Padre João, deputado federal; e Jorge Augusto Pereira, presidente da Câmara Municipal de Manhauçu, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidente, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidente informa o recebimento do documento “Distrito ao contrato por instrumento particular de doação de imóvel e de produção de empreendimento habitacional no Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV – Recurso FAR, com pagamento parcelado”, entregue pelo Sr. Juventino Ribeiro da Silva, representante da Alfa Imóveis Construções Ltda. A presidente retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2015.

Marília Campos, presidente – Celinho do Sinttrocel – Rogério Correia.

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/9/2015

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Vanderlei Miranda, Rogério Correia, Gustavo Corrêa (substituindo o deputado Felipe Attiê, por indicação da liderança do BVC), João Alberto (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM) e Roberto Andrade (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG), membros da comissão. Está presente também o deputado Durval Ângelo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela ratificação, por meio de projetos de resolução, dos regimes especiais de tributação encaminhados pelas Mensagens nºs 66/2015 (relator: deputado Professor Neivaldo) e 67/2015 (relator: deputado Tiago Ulisses); e pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.544/2015 na forma do vencido no 1º turno, com a Emenda nº 1 (relator: deputado Tiago Ulisses). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião do dia 15/9/2015, às 14h15min, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2015.

Vanderlei Miranda, presidente – Felipe Attiê – Celise Laviola – João Alberto.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/10/2015****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 213/2015, da Comissão da Pessoa com Deficiência, que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a paralisação das obras dos hospitais regionais no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.



Votação do Requerimento nº 286/2015, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações acerca da falta de água e da superlotação no Ceresp, em Betim, que motivou o princípio de motim em 9/3/2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 383/2015, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão de Águas pedido de informações sobre a situação do Rio Capivari, sobre o prazo de concessão de outorga às empresas de eucalipto e café presentes na região e sobre o volume de vazão autorizado para captação de água por essas empresas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 385/2015, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita sejam encaminhados ao comandante-geral e ao corregedor-geral da PMMG pedidos de informações sobre as medidas adotadas por essa corporação ao final das apurações de crimes militares e infração disciplinar supostamente praticados pelo 2º-Ten. PM Paulo César Pereira Chagas e sobre os resultados da adoção dessas medidas e cópias dos Requerimentos de Comissão nºs 761 e 762/2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 537/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações acerca da relação de municípios que receberam transferência de ativos de iluminação pública da companhia e qual o motivo do atraso de transferência para alguns municípios. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 681/2015, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações acerca da situação geral dos lotes das obras da Rodovia BR-381. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 711/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita sejam encaminhados à presidente da Copasa-MG e ao diretor-geral da Arsae-MG pedidos de informações quanto ao aumento de 15,04% da tarifa de água e esgoto, principalmente os aspectos jurídico e econômico que autorizam o reajuste e o cálculo utilizado para se alcançar esse percentual. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 748/2015, do deputado Gil Pereira, que solicita a inserção nos anais da Casa do artigo "Crise de identidade no setor elétrico", de Diogo Mac Cord de Faria, coordenador do MBA em Setor Elétrico da FGV/Faculdade IBS, publicado no jornal *Estado de Minas* do dia 24/4/2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 783/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações quanto ao andamento do projeto para construção de um presídio no Município de Poços de Caldas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 812/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita sejam encaminhados à presidente da Copasa-MG pedido de informações consubstanciadas em cópia da ata do dia 23/4/2015, dessa empresa, que faz referência a aporte de R\$128.000.000,00 relativo a aditivo de parceria público-privada do setor hídrico, para cuja execução seriam empregados recursos do tesouro do Estado; e cópia do registro desse aditivo e o fundamento legal para esse aporte. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 1/2015, do deputado Fred Costa, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Assuntos Municipais opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Assuntos Municipais que perdeu o prazo para emitir parecer sobre a Emenda nº 1.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 264/2015, do deputado Inácio Franco, que altera a Lei nº 20.304, de 26 de julho de 2012, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Juscelino o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 266/2015, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 423/2015, do deputado Gustavo Valadares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Despacho o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 425/2015, do deputado Paulo Guedes, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 20.847, de 7 de agosto de 2013, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brasília de Minas o imóvel que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 618/2015, do deputado Gustavo Valadares, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Jaboticatubas. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 974/2015, do deputado Braulio Braz, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé o trecho de rodovia que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.006/2015, do deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brás Pires o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.



Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.092/2015, do deputado Wander Borges, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Caeté o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.405/2015, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mariana o trecho rodoviário que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.552/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.497, de 19 de maio de 2008, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ouro Fino o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.609/2015, do deputado Adalclever Lopes, que autoriza a cessão de imóvel de propriedade do Estado ao Município de Conceição dos Ouros. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 15/10/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 575 e 576/2015, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, 2.450/2015, das Comissões do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Assuntos Municipais e Regionalização, 2.470, 2.471, 2.472, 2.473, 2.475, 2.477, 2.478, 2.480, 2.481, 2.484 e 2.502/2015, do deputado Noraldino Júnior, 2.541/2015, do deputado Inácio Franco, e 2.572/2015, do deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 15/10/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 15/10/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 15/10/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 15 de outubro de 2015, destinada a homenagear a Associação dos Avicultores de Minas Gerais – Avimig – pelos 60 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 14 de outubro de 2015.



Adalclever Lopes, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.153/2015****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social
Relatório**

De autoria do deputado Bosco, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Banco de Leitos e Colchões Especiais do Rotary Club de Araxá Norte, com sede no Município de Araxá.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.153/2015 pretende declarar de utilidade pública o Banco de Leitos e Colchões Especiais do Rotary Club de Araxá Norte, com sede no Município de Araxá, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social e a promoção humana.

Com esse propósito, a instituição promove o bem-estar e a proteção de seus assistidos; realiza campanhas para angariar fundos visando à aquisição e à manutenção de leitos e colchões especiais; e incentiva o intercâmbio com outras entidades, visando ao desenvolvimento de estudos e pesquisas, tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos que favoreçam o trabalho desenvolvido.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela entidade no Município de Araxá, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.153/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.898/2015**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social
Relatório**

De autoria do deputado Léo Portela, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Assistencial e Educacional Renascer – Assaer –, com sede no Município de Montes Claros.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.898/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Assistencial e Educacional Renascer – Assaer –, com sede no Município de Montes Claros, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a realização de atividades socioeducativas, o desenvolvimento comunitário e a assistência social.

Com esse propósito, a instituição promove atividades escolares, recreativas e de cidadania com crianças e adolescentes da comunidade; oferece cursos profissionalizantes para adolescentes, jovens e adultos, a fim de prepará-los para o mercado de trabalho; contribui para a melhoria da infraestrutura da comunidade, zelando e atuando pela preservação do meio ambiente e pela conservação de estradas; presta assistência social a idosos e pessoas com deficiência; e oferece serviços de assistência nas áreas de saúde física, mental e bucal.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela entidade em prol dos moradores do Município de Montes Claros, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.898/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.259/2015**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social
Relatório**

De autoria do deputado Cássio Soares, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo do Distrito do Divino Espírito Santo, com sede no Município de Alterosa.



A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.259/2015 pretende declarar de utilidade pública o Lar São Vicente de Paulo do Distrito do Divino Espírito Santo, com sede no Município de Alterosa, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo o acolhimento, a assistência social e a promoção humana.

Com esse propósito, a instituição acolhe pessoas idosas de ambos os sexos, proporcionando-lhes assistência material, moral, intelectual e social em condições de liberdade e dignidade, visando à preservação de sua saúde física e mental.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela entidade em prol das pessoas idosas do Município de Alterosa, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.259/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2015.

Celinho do Sintrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.307/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do deputado Bosco, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Casa de Acolhimento São Francisco de Assis, com sede no Município de Araxá.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.307/2015 pretende declarar de utilidade pública a Casa de Acolhimento São Francisco de Assis, com sede no Município de Araxá, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social e a luta pela garantia de direitos.

Com esse propósito, a instituição trabalha pela justiça social; desenvolve projetos que alcançam crianças e adolescentes nas áreas de educação e lazer; luta pela divulgação e efetivação dos direitos difusos, garantidos constitucionalmente; incentiva o trabalho voluntário; e estimula a preservação do meio ambiente, realizando programas de proteção ambiental e conscientização com os associados e assistidos.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Casa de Acolhimento São Francisco de Assis no Município de Araxá, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.307/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2015.

Celinho do Sintrocel, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.015/2015

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do deputado Alencar da Silveira Jr., o projeto de lei em tela, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 505/2011, acrescenta dispositivos à Lei nº 10.379, de 10 de janeiro de 1991, que reconhece oficialmente, no Estado de Minas Gerais, como meio de comunicação objetivo e de uso corrente, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Preliminarmente, a proposição foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Em seguida, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia emitiu parecer pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Vem agora a proposição a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em epígrafe acrescenta dispositivos à Lei nº 10.379, de 10 de janeiro de 1991, que reconhece oficialmente a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais – Libras – como meio de comunicação no Estado de Minas Gerais. Essa lei determina que haja intérpretes de Libras nas repartições públicas do Estado voltadas para o atendimento externo e que essa língua seja incluída no currículo da rede pública estadual de ensino, nos cursos de magistério e de formação superior nas áreas das ciências humanas, médicas e educacionais e nas instituições que atendem ao aluno portador de deficiência auditiva.

O projeto de lei em tela estabelece a qualificação de servidores para o atendimento aos deficientes auditivos, pelo Estado, utilizando recursos do Tesouro Estadual, de repasses do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT – e de convênios com instituições nacionais e internacionais. Prescreve ainda a afixação de cópia da lei nas repartições voltadas para o atendimento externo.



De acordo com o autor, o projeto “visa a amenizar a discriminação sofrida pelas pessoas portadoras de deficiência auditiva”, uma vez que estabelece medida para melhorar o atendimento dessas pessoas, nas repartições públicas do Estado. Trata-se da efetivação do direito de comunicação dos que têm deficiência auditiva.

Em seu exame preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça mencionou que o Projeto de Lei nº 505/2011 pretende assegurar efetividade à Lei nº 10.379, de 10 de janeiro de 1991. No entanto, apresentou o Substitutivo nº 1 com o objetivo de suprimir a definição da fonte de recursos para a qualificação dos servidores, por entender que esta é uma decisão administrativa e depende de política federal, a que se vincula o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Foi também suprimido o dispositivo que obriga as repartições públicas a afixar cópia da lei em local visível, tendo em vista que a medida proposta não garante o cumprimento da norma. Além disso, não haveria espaço suficiente para afixação de cópias de diplomas legais, caso todos eles determinassem igual medida.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, por sua vez, informou que o Plano Minas Incluir, criado pelo Decreto nº 46.264, de 2013, foi responsável pela ampliação da oferta do ensino da Libras na rede pública de ensino, pelo aumento da capacitação dos servidores do Detran-MG em curso de Libras para as áreas de atendimento e pela implantação de duas Centrais de Interpretação de Libras – CILs. Essas centrais disponibilizam intérpretes para facilitar o acesso de deficientes auditivos a serviços em hospitais, tribunais, delegacias e outros locais de atendimento ao público. A comissão considerou a proposição meritória por criar “mais um mecanismo para romper as barreiras de comunicação que impedem o acesso das pessoas surdas aos serviços de que necessitam”.

Do ponto de vista financeiro e orçamentário, aspecto que compete a esta comissão analisar, o projeto original e o Substitutivo nº 1 não criam despesas para o Estado. Salienta-se que a exigência de qualificar servidores para o atendimento aos deficientes auditivos está implícita na Lei nº 10.379, de 1991, tendo em vista que a implementação da referida norma depende da existência de servidores aptos a utilizar a linguagem Libras. O projeto em tela apenas explicita tal obrigação.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.015/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2015.

Vanderlei Miranda, presidente – Arnaldo Silva, relator – Thiago Cota – Marília Campos.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.109/2015

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De iniciativa do deputado Tito Torres, o projeto de lei em epígrafe visa a autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Caparaó o trecho de rodovia que especifica.

Preliminarmente, a proposição foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora o projeto a este órgão colegiado a fim de receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, inciso XII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto sob análise determina, em seu art. 1º, a desafetação do trecho da Rodovia AMG-2985, compreendido entre o Km 9 e o Km 11,2, que liga a Rodovia MG-111 ao Município de Caparaó. No art. 2º, autoriza a doação desse trecho ao município, para que passe a integrar o perímetro urbano como via pública. Estabelece, ainda, no art. 3º, a reversão do bem ao patrimônio do Estado se, no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista.

Esclarece o autor da matéria que o referido trecho, bastante utilizado por moradores, vem apresentando um crescente movimento ao longo dos anos e já conta com iluminação pública e calçamento, ou seja, apresenta características de via urbana.

De acordo com a classificação dos bens públicos pelo art. 99 da Lei nº 10.406 – Código Civil Brasileiro –, de 2002, as rodovias são bens de uso comum do povo, pois se destinam ao uso coletivo e, em situações normais, não se sujeitam a autorização prévia do Estado nem a pagamento por sua utilização.

Como bem observou a Comissão de Constituição e Justiça, o inciso I do art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências, exige, para alienação de bens imóveis, autorização legislativa, avaliação prévia e licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta no caso de doação. Ademais, “para que determinado bem imóvel do Estado seja objeto de doação, que é uma forma de alienação, é imprescindível sua desafetação, ou seja, a perda de sua finalidade pública. Esta ocorre normalmente na própria lei que autoriza a transferência do bem, seja de maneira explícita, conforme consta no art. 1º da proposição em análise, seja de forma implícita, quando não há referência expressa à desafetação”.

Assevera aquele órgão colegiado que a doação do referido trecho rodoviário para o Município de Caparaó não implicará alteração em sua natureza jurídica, pois o imóvel continuará inserido na categoria de bem de uso comum do povo, uma vez que será integrado no perímetro urbano como via pública. A modificação básica incidirá sobre a sua titularidade, que passará a integrar o domínio municipal, e, conseqüentemente, será esse ente federativo que assumirá a responsabilidade pelas obras de sua manutenção e conservação.

Em vista das considerações feitas, e visando a adequar o texto da proposição à técnica legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça houve por bem apresentar o Substitutivo nº 1.

Cumprido ressaltar que a Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais encaminhou a esta a Casa a Nota Técnica Jurídica nº 332, elaborada pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, e Nota Técnica de 29/4/2015, do DER-MG, em



que esses órgãos se declaram favoráveis à pretensão do projeto, uma vez que o trecho mencionado já se encontra urbanizado. Por sua vez, o prefeito municipal de Caparaó, por meio do Ofício nº 100/2015, manifestou o interesse da administração municipal em receber o referido trecho rodoviário, à margem do qual será construída uma pista para caminhada dos moradores daquela comunidade.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.109/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 13 de outubro de 2015.

Anselmo José Domingos, presidente e relator – Carlos Pimenta – Celinho do Sinttrocel.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

81ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 7/10/2015

O deputado Gustavo Valadares* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, deputado João Leite, o assunto que trago hoje à tribuna é um assunto grave, é uma denúncia em que encontra-se no seio dela o nosso porta-voz do governo, o porta-voz do senhor governador, o secretário de Planejamento Helvécio Magalhães, aquele que fala em nome do governador, aquele que age em nome do governador.

Vou recapitular aqui, para que as pessoas possam entender o que está acontecendo. No dia 30/9/2015, é recente, no final da semana passada, o governo do Estado publicou uma edição extra do diário oficial, onde afirmava que havia atingido, deputado Tito Torres, o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, e que, agora, por causa disso, não poderia mais conceder reajustes nem nomear novos servidores. Essa publicação ocorreu porque o Estado precisou publicar o relatório de gestão fiscal do segundo quadrimestre do ano – quadrimestre, obviamente, são quatro meses. O primeiro quadrimestre referia-se a janeiro, fevereiro, março e abril; o segundo, a maio, junho, julho e agosto. Então, o que foi publicado no dia 30 de setembro, deputada Ione Pinheiro, é referente ao quadrimestre que se encerrou em 31 de agosto.

Já, em 2 de setembro, logo depois de terminado o segundo quadrimestre, o secretário Helvécio Magalhães foi à imprensa para dizer o seguinte: “O dinheiro acabou”. Está aqui no jornal *O Tempo*, do dia 2/9/2015. “O dinheiro acabou”, disse o secretário de Pimentel. O Estado está no limite, e, de acordo com o chefe do Planejamento, fechará 2015 com rombo de R\$10.000.000.000,00.

E aí a matéria vem dizendo que o Estado atingiu o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal e que, por causa disso, concursos como o da Polícia Civil ou até mesmo nomeações de comissionados não poderiam mais ocorrer. Essa fala dele está publicada no jornal *O Tempo*, do dia 2/9/2015.

Mesmo cientes o senhor secretário de Planejamento e todo o governo do Estado de que tinham, em 31 de agosto, atingido o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, continuaram, deputado Mourão, a fazer nomeações. Mesmo depois do 31 de agosto, mesmo depois do segundo quadrimestre fechado, mesmo depois do limite prudencial ter sido atingido, continuaram a fazer nomeações, em especial, nomeações de cargos comissionados, aqueles que atendem a companheirada, aqueles que visam atender os companheiros do PT, que vêm para inchar a máquina pública, para receberem bons salários do governo do Estado, mas nada fazerem em prol do povo de Minas Gerais.

Deputado Doutor Wilson Batista, entre 2 de setembro, data dessa fala do secretário, e o dia 30, que foi o dia em que rodou a edição extra, em que se publicou de forma oficial que o Estado havia atingido o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo nomeou 369 cargos comissionados, que geram um impacto para o Estado de quase R\$12.000.000,00, de R\$11.500.000,00.

De forma clara, quero ler a nota pública da edição extra do *Diário do Executivo* do dia 30 de setembro: “Os dirigentes do Poder Executivo, Ministério Público e Tribunal de Justiça comunicam à sociedade mineira a publicação dos indicadores fiscais referentes ao segundo quadrimestre de 2015 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Dada a gravidade da situação, os Poderes do Estado ressaltam o esforço especialmente para observância ao disposto no parágrafo único do art. 22 da LC 101/2000”. É a Lei de Responsabilidade Fiscal.

No mesmo dia em que rodou essa edição extra em que colocou de forma clara que havia atingido o limite prudencial da LRF, o Estado nomeou mais 55 cargos comissionados, que trouxeram outro impacto à folha de R\$2.000.000,00. Estou dizendo, deputados João Leite e Bonifácio Mourão, apenas as nomeações que não têm exonerações correspondentes. Muitos defendem a tese de que, quando se está no limite prudencial, pode-se nomear se houver exoneração correspondente. Estamos fazendo uma análise apenas dos casos de nomeações que não têm exonerações correspondentes. Geraram no mês de setembro, já com o Estado no limite da LRF, com suas nomeações da companheirada do PT, mais de R\$13.000.000,00 de impacto de cargos comissionados.

E agora, deputado Mourão, chegou à Casa um projeto de lei que trata da reestruturação do Sisema, o sistema ambiental do Estado, um braço operacional da Semad. Esse projeto traz alterações que podem até ser interessantes para dar agilidade à questão ambiental de licenciamento no Estado, e vamos analisar. Mas, numa leitura superficial, já posso assegurar que esse projeto traz mais impacto e incha ainda mais a máquina pública, que já está no limite da LRF. Eles propõem aumentar de 13 para 17 o número de regionais do Sisema. Se estão aumentando, é óbvio que haverá aumento no número de funcionários do Estado, trazendo mais impacto sobre o limite da LRF.

Concederei aparte aos deputados Bonifácio Mourão e João Leite para depois dar prosseguimento e chegar ao ponto crucial deste pronunciamento.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Agradeço ao deputado Gustavo Valadares, e ao deputado João Leite a deferência. Estava lendo numa publicação da Assembleia Legislativa a matéria do Sr. José Elói dos Santos Cardoso, a respeito das más



administrações do governo, em que cita Ives Gandra. (– Lê:) “Não adianta dar dinheiro para quem não sabe administrar”. Ives Gandra é um dos maiores tributaristas do País. Não adianta dar dinheiro a quem não sabe administrar. Parece que Ives Gandra se referia a dois casos específicos de Minas Gerais. Primeiro, a transferência dos depósitos judiciais que a Assembleia, por maioria, base do governo, aprovou, transferindo para o caixa do Poder Executivo cerca de R\$6.000.000.000,00. E o contrato com o Banco do Brasil já foi assinado. Portanto, temos a legítima presunção ou conclusão de que esse dinheiro já foi transferido. Foi assinado com o Banco do Brasil, resolvido, R\$6.000.000.000,00.

E agora, aumento de impostos numa crise dessas, apesar de toda luta que tivemos para impedir esse aumento nesta época. Aqui se aplica o ensinamento do grande tributarista brasileiro e constitucionalista Ives Gandra: não adianta dar dinheiro a quem não sabe administrar. É o que está acontecendo, não estamos vendo obra, não estamos vendo aparecer nada.

V. Exa. está mostrando as dificuldades de caixa que o governo terá. Pelo orçamento já estamos vendo isso. O orçamento prevê a arrecadação de R\$83.000.000.000,00, um aumento de 2% em relação à do ano passado, que foi de R\$81.000.000.000,00; prevê também um débito maior, passando de R\$88.000.000.000,00 para R\$92.000.000.000,00. Então já há uma previsão de débito de R\$9.000.000.000,00. E conforme V. Exa. mostra, o próprio secretário de Planejamento, Helvécio Magalhães, fala que não haverá reajuste para os servidores no ano que vem. Ficamos abismados com uma situação como essa, não é deputado? Nós estamos advertindo que a situação é seriíssima. Muito obrigado pelo aparte.

O deputado João Leite (em aparte)* – Muito obrigado. Acompanho o seu pronunciamento. É impressionante esse secretário de Planejamento, não é? Minas Gerais vai sofrer muito.

Eu estava acompanhando os fatos e, especialmente hoje, minha mãe me ligou cedo, acordou-me cedo para dizer que os salários dela e de servidores amigos dela ainda não haviam caído na conta. Pela primeira vez, já deu aquela tremida. Minha mãe tem medo de voltar aquele tempo do governo do PMDB e do PT, de sete chamadas. Então, o Sr. Helvécio Magalhães hoje atrasou o pagamento e os servidores públicos do Estado ficaram totalmente apavorados, imaginando que os salários não seriam pagos. Não dá para acreditar mais no secretário de Planejamento, não é, deputado Gustavo Valadares? Ele fala, e a coisa não é cumprida. Ontem nós vimos aqui os deputados que votaram a favor do aumento de impostos comemorando. É obra em tal lugar, em outro lugar. Dizem que o governo está liberando obra para todos os lugares e para os deputados da base do governo, agradecendo os votos pelo aumento dos impostos dos mineiros.

Então, é uma falácia, não é? O Sr. Helvécio fica falando que não tem dinheiro, mas tem dinheiro, sim. Falava que o Estado estava quebrado, mas não está quebrado não. Ontem havia aqui deputado agradecendo obra na Zona da Mata; outro agradecendo obra em Sete Lagoas. É obra para todo lugar, e o homem dizendo que não tem dinheiro.

Por fim, eu queria comemorar o que a população de Minas Gerais não queria comemorar. Hoje houve um café da manhã. O governador Pimentel pediu um café da manhã para agradecer aos deputados que votaram pelo aumento de impostos em Minas Gerais. Foi uma festa! Imaginem, vimos uma comemoração pelo aumento de impostos. Nós não vamos aguentar.

O deputado Gustavo Valadares* – Café da manhã indigesto para a população mineira, não é deputado João Leite? E a população pagando!

É o seguinte: nós, deputados do bloco de oposição, estamos por conta dessa questão. Foram mais de 400 nomeações que ocorreram no Estado, ao longo dos últimos 30 dias, mesmo depois de o Estado ter atingido o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós, deputados da oposição, estamos estudando e vamos entrar com uma ação de improbidade administrativa contra o governo, contra o senhor governador e contra o senhor secretário de Planejamento pelo malfeito praticado ao longo dos últimos 30 dias, por não respeitarem a Lei de Responsabilidade Fiscal, por se julgarem acima da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mais do que isso: além de terem feito mais de 400 nomeações sem respeitarem a Lei de Responsabilidade Fiscal, fazem isso deixando de lado os interesses dos servidores públicos, que têm uma vida dedicada ao Estado. Ao longo dos últimos 12 anos, os servidores do Estado receberam seus salários até a meia-noite do quinto dia útil do mês subsequente. Hoje muitos se assustaram, para não dizer a totalidade dos servidores; eles acordaram e tomaram um susto ao consultar a conta e verificar que o salário não estava lá, não havia sido depositado. O que fez o senhor governador Fernando Pimentel? Aprendeu mais uma coisa que não devia ter aprendido com Dilma. Além de aumentar imposto, assim como ela propõe, além de fazer lambança, além de estar sendo procurado pela Polícia Federal, assim como a companheirada dela em Brasília, agora ele aprendeu com ela a pedalada fiscal. Atrasou o depósito dos salários dos servidores do Estado, para que o Estado pudesse arrecadar mais. Com mais 24 horas ou ao longo das últimas 24 horas, mais de R\$100.000.000,00 para completar o caixa, como ele precisava, para fazer o pagamento.

É a famosa pedalada fiscal. Essa que a Dilma está tentando não deixar que seja votada no Tribunal de Contas da União. Mais um malfeito que a presidente Dilma ensinou ao seu pupilo, o governador Fernando Pimentel.

Senhores servidores, estive aqui em julho do ano passado e li uma relação de telefonemas de prestadores de serviço de todos nós, cidadãos mineiros, empresas de telefonia celular, de TV a cabo, de energia, Cemig e Copasa, para que os senhores reprogramassem as suas faturas, com vistas ao segundo semestre nebuloso que teríamos devido aos malfeitos do governo do PT, que resultariam em atrasos de salários de funcionários. Pois bem! Não terei tempo para ler de novo o número de telefone dessas empresas porque o meu pronunciamento já se encerrou. Agora se preparem e replanejem os vencimentos das faturas de suas contas, porque, se agora, no mês de outubro, o governo, por quase 24 horas, atrasou os seus salários, o que há de esperar dos próximos meses?

Encerrarei agora, presidente. Peço a V. Exa. mais 30 segundos para eu terminar e não deixar os cidadãos e, em especial, os servidores públicos apavorados, sem concluir o meu pensamento. Preparem-se e se planejem porque esse governo, ou seja, esse governador só quer descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal para privilegiar a companheirada e continuar a nomear cargos comissionados. Só no mês de setembro foram mais de 400. Preparem-se porque ele não quer saber do interesse de servidor público, daquele que se dedicou e se dedica há mais de 20, 30 anos ao Estado. Apertem os cintos e reprogramem suas faturas, porque o Estado está prestes a atrasar, como já fez hoje apenas por algumas horas; mas, nos próximos meses, por dias, dias e dias – por que não? –,



fazendo chamadas e mais chamadas, como ocorria no passado, para pagar o seu salário. Esse é o governo do PT em Minas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva* – Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, caríssimos deputados e deputadas, amigos das galerias e da TV Assembleia que nos acompanham semanalmente, caríssimos amigos. Sr. Presidente, ocupo a tribuna neste momento para, mais uma vez, denunciar essas atrapalhadas que o governo federal tem feito, desafiando o povo brasileiro. Chegou ao absurdo, à aberração, o desrespeito tão grande do próprio governo federal, em decorrência da portaria do Contran, editada no dia 16 de setembro último, tornando o uso do extintor de incêndio facultativo, sem nenhuma audiência pública, sem absolutamente nada.

Essa decisão, feita exclusivamente no gabinete do presidente do Contran, sem ouvir absolutamente nenhum segmento, foi referendada pelo ministro das Cidades, tornou facultativo o uso do extintor de incêndio nos veículos. Esse equipamento, tão importante na própria avaliação do Corpo de Bombeiros, é indispensável e imprescindível aos veículos, principalmente àqueles que se encontram em situações de perigo.

Realizamos ontem na Comissão do Trabalho uma importante audiência pública. Sei que a Assembleia pouco pode fazer, mas entendi necessário trazer essa discussão ao seio da Comissão do Trabalho, tão bem presidida pelo deputado Celinho do Sinttrocel, onde discutimos com absoluta clareza os efeitos maléficos para a empregabilidade e a continuidade das empresas, que hoje estão sofrendo no Estado.

Quero destacar que na minha região, o Sul de Minas, particularmente Extrema e minha querida terra de Ouro Fino, estamos sofrendo mais com essa portaria editada ao arrepio de qualquer entendimento, ao arrepio de qualquer reunião. Ela faz cessar de pleno direito o uso obrigatório do extintor de incêndio sem ao menos consultar, dialogar, buscar o diálogo no planejamento para se editar tal portaria. E, com o advento da portaria, automaticamente cessou qualquer possibilidade de continuação dos postos de emprego.

O presidente da associação nacional de fabricantes de extintores esteve aqui ontem e demonstrou seu desânimo, sua tristeza. A uma, porque congregam a nossa região, o nosso estado, somente cinco indústrias geram mais de R\$300.000.000,00 aos cofres estaduais e federais. Lamentavelmente, nenhuma sinalização o próprio governo, o Denatran manifestou, principalmente para dar oportunidade para reenquadrar ou buscar nova definição para o atendimento da questão dos extintores de incêndio. A princípio se verifica “não usa mais, é facultativo”, mas sabemos, sim. Ontem se passou um vídeo com depoimentos de várias pessoas que estiveram na audiência e manifestaram essa preocupação, essa decisão infundada do próprio Denatran, ratificada pelo próprio ministro, o que tem trazido a todos nós o mais sério dissabor.

João Batista da Silva, vice-prefeito de Extrema, aqui esteve e, em seu nome e no do prefeito, Dr. Luiz Carlos Bergamin, e o vereador Márcio trouxeram essa preocupação quanto ao fechamento dos postos. Isso atingiu, deputado João Leite, mais de 500 postos, que, a partir de ontem, estão praticamente desempregados. Somente com a notícia dessa desgovernabilidade que estamos enfrentando, as indústrias já estão fechando suas portas porque não têm o produto para quem quer comprar. Lamentável. Já tivemos uma situação dessa quando foi anunciado pelo governo, pelo Denatran, o uso de primeiros socorros. E ele, sem mais nem menos, definitivamente aboliu, manifestou que não haveria necessidade de o condutor ter mais a bolsa de primeiros socorros.

Agora a situação é muito mais grave do que estamos pensando, e estamos fazendo gestões. O Município de Extrema, representado pelo prefeito Dr. Bergamin, e pelo vice-prefeito; o Município de Ouro Fino, minha terra natal, representado pelo prefeito Dr. Maurício Lemos de Carvalho, têm buscado soluções, com vistas a que essa portaria seja revista, uma vez que os postos de serviço, de trabalho estão definitivamente desativados com essa decisão impensada, desprovida de qualquer fundamento jurídico e técnico. Principalmente não se ouviu ninguém para se traçar e fazer algum planejamento.

As indústrias que ouvimos ontem têm estocado 20, 30, 40, 50 mil peças para serem vendidas no mercado.

Os prejuízos são incalculáveis. Ontem mesmo os revendedores que estiveram neste Plenário puderam manifestar seu desânimo. Nessa brincadeira há 10 mil pessoas que trabalham nesse setor. Aqui, de Minas Gerais, somente 5 mil no Centro de Belo Horizonte, na região metropolitana. Na nossa região Sul de Minas, estão praticamente sem emprego e sem esperança, neste momento tão difícil que estamos vivendo, de crise que abala e assola todas as indústrias do Brasil e as mineiras. E essa portaria não vai ao encontro, mas de encontro aos interesses daquele que produz, daquele que paga os seus impostos em dia, daquele que recolhe previdência social, PIS, Cofins. Empresas idôneas, respeitadas, com mais de 40 anos atuando no Estado de Minas Gerais, sem nenhuma satisfação, à mercê de uma decisão construída em gabinete. Nenhum empresário e nenhum sindicato tiveram oportunidade de ter a sua voz. Agora estamos fazendo a nossa parte, associando este momento tão difícil do nosso Município de Extrema, da minha terra de Ouro Fino, com o fechamento de quatro indústrias. Estão fechando não em decorrência do mercado, mas de uma decisão ao arrepio do próprio direito de trabalhar, do próprio direito de oferecer a segurança, de salvar vidas, na fala do próprio Corpo de Bombeiros.

Deputado João Leite, isso é muito triste, essa ingovernabilidade, esses desacertos em que se lavram portarias, e não sabem o efeito de tudo isso. Ontem pudemos ouvir, com muita preocupação, buscando com certeza algum encaminhamento necessário. Já solicitamos vários requerimentos e encaminhamos, para que Minas Gerais, por meio da Assembleia Legislativa, possa fazer com que seja tomada uma nova decisão. Essa portaria que foi editada ao arrepio e despropositadamente ao emprego e à garantia de vida de cada um.

O deputado João Leite (em aparte)* – Deputado Dalmo Ribeiro Silva, V. Exa. é um exemplo para nós, com sua luta pelo emprego, pelos postos de trabalho, pelo Sul de Minas. V. Exa. traz algo que é muito caro para o Parlamento. Aqui é o lugar de discutirmos leis, projetos de lei, com a participação popular, e não em gabinetes onde se decide uma portaria entre três técnicos. Respeitamos muito os técnicos, mas aqui, nesta Casa, passa-se pelas comissões, e também pela comissão presidida pelo nosso colega, o querido amigo da agricultura, deputado Antônio Carlos Arantes. Poderíamos perfeitamente saber todos esses riscos, e o risco maior, sem dúvida, é o desemprego, que vem grassando e entristecendo a população de Minas Gerais.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, a sua fala, em algum momento, trouxe-me até um certo desânimo. Um governador chamar os deputados de sua base, do PT, do PMDB, para comemorar o aumento de impostos, como se isso fosse algo a comemorar. Gastar um



café da manhã com o dinheiro da população de Minas Gerais para comemorar o aumento de impostos. Comemorar a perda de postos de trabalho. Tenho que me juntar a V. Exa. e apoiá-lo com tudo. Conte conosco. Sei que também o deputado Antônio Carlos Arantes e todos nós estamos com V. Exa. na defesa desses empregos, e também para buscarmos a justiça e os meios para garantir esse direito fundamental, esse direito humano, que é o direito ao trabalho, que neste momento o PT tira dos trabalhadores, matando os nossos empreendedores, os nossos industriais, aqueles que geram emprego. Parabéns pela sua manifestação. V. Exa. tem o meu apoio, e sei que também o apoio de grande parte desta Casa, que o respeita tanto.

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* – Deputado Dalmo, muito obrigado pelo aparte. Complementando a fala do deputado João Leite, quero dizer que também tenho outra grande preocupação, que acho até interessante, para fazermos reflexão nesta Casa.

Quanto à questão dos impostos, que votamos aqui na semana passada, saí com uma preocupação não só com os deputados que votaram a favor do aumento dos impostos, mas principalmente com os deputados que não vieram à Casa para manifestar voto a favor ou contra. Os que votaram a favor do aumento dos impostos conseguem até justificar dizendo que é uma necessidade do Estado, e eles estão, sim, representando o Estado. Como todos sabem, o Estado é o governo soberano, o povo e o território. Então, de certa forma, os que votaram a favor dos impostos estão defendendo o governo e também representando o Estado no contexto da sociedade. Os que não vieram aqui votar, para mim são grandes covardes, porque não defenderam nem o Estado nem a sociedade. Estes acredito que estejam aqui para defender interesses próprios e manter seus anseios junto ao governo. Eles estão simplesmente representando a própria pessoa, não estão defendendo nem a sociedade nem o Estado. Os que votaram contra o aumento dos impostos, como eu e muitos do nosso Bloco Independente, acreditam que este não é o momento de transferir uma conta dos erros políticos para a sociedade pagar. A sociedade não pode ser, mais uma vez, a responsável por pagar uma dívida acumulada por erros de más políticas e erros políticos acumulados ao longo de muitos anos.

Então penso que a Casa também tem de fazer uma reflexão. Os deputados têm de vir, sim. No momento em que saem às ruas para pedir voto dizendo que vão representar as pessoas, dizendo que vão defender a sociedade, eles têm de defender as pessoas aqui na Assembleia, principalmente em momentos importantes como o da semana passada, em relação ao aumento dos impostos. Então é lamentável deputados que não cumprem o seu compromisso de estar aqui para votar ou a favor ou contra, o importante é representar alguém em Minas Gerais. Muito obrigado, deputado Dalmo.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva* – Muito obrigado, Doutor Wilson.

Para encerrar, quero deixar uma mensagem ao Município de Extrema e à minha querida Ouro Fino, onde estão as sedes das indústrias, da manifestação da nossa luta incansável. Iremos, com certeza, a Brasília buscar uma motivação com o governo federal, o Denatran, o ministro, e demonstrar que essa portaria veio trazer o mais sério prejuízo e transtorno a todos os que já têm emprego garantido. Está na contramão da história uma portaria dessa envergadura, desse tamanho.

Como deputado majoritário da nossa região e também como presidente da frente parlamentar da indústria mineira, quero dizer que havemos, sim, de estar juntos para a revogação desse decreto feito ao arrepio da lei, da dignidade humana, do trabalho e do emprego. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia, amigos presentes nas galerias, senhoras e senhores, venho aqui, mais uma vez, tristemente lamentar mais uma atitude do governador Pimentel ao comemorar hoje, com o café da manhã, pago com dinheiro público, o aumento dos impostos, comemorar a punhalada nas costas do cidadão mineiro, sem exceção, todos os cidadãos. Começa principalmente com o comerciante, que já está asfíxiado, empobrecido, muitos já estão endividados, em situação difícil, e vem mais esse empurrão para o buraco.

Esta foi a atitude do governo: em vez de dar a mão, em vez de juntar-se à Assembleia e trazer esse pessoal para o mercado, para produzir, desenvolver e gerar emprego, com o apoio de 35 deputados, vai empurrando esse povo para o abismo, cada um deles, até o produtor rural, porque o produtor rural precisa gastar fertilizantes, precisa de uma casa comercial, que paga energia elétrica, e precisa de transporte. O prestador de serviço de transporte também está pagando impostos. O produtor rural precisa consumir no supermercado, e o supermercado consome energia. Se aumentam os impostos da energia, aumenta o custo do supermercado e cai no produtor rural, sim, qualquer produtor, qualquer cidadão, do mais simples ao mais graduado. Todos vão pagar mais essa irresponsabilidade do governo.

O que nos deixa chateados é que o governo aumenta despesa de forma considerável. Se ele estivesse apertado, não teria criado secretarias, não teria criado subsecretarias, não teria aumentado cargos, não teria aumentado salários de muitos diretores de autarquias e secretários, não teria dado vantagens daqui, vantagens dali, e o povo pagando a conta. Agora vem com mais uma punhalada nas costas.

Aqui está o resultado para quem quiser ver, num jornal importante daqui, de Belo Horizonte. (– Mostra jornal.) “Setor de conservação e limpeza demite 10 mil funcionários, só em 4 meses.” Gente, não são 10, são 10 mil. Agora, com essa facada, essa punhalada tributária, vão fechar mais. Só na minha região, em 30 dias, foram 4 mil. Nas regiões de São Sebastião do Paraíso, Passos, Guaxupé, Piumhi e Alfenas, mais de 4 mil pessoas, pais de famílias, jovens empreendedores, lutadores, trabalhadores, perderam os seus empregos.

Aí, minha gente, nesta semana, um punhado de gente deve ter dito: “Vou fechar o meu comércio, vou parar com a minha empresa, porque não aguento mais”. Deputado Mourão, deputado João Leite e deputada Ione, vou lhes conceder aparte daqui a pouquinho, mas, se vocês entrarem no portal leste, www.esperafeliz.com.br/noticias, uma cidade lá perto de Muriaé, naquela região na Zona da Mata. Entrem lá. Zema, empresa Eletrozema, uma empresa lá de Araxá, uma empresa que cresceu muito, que conheço muito, na região e no Estado, no governo passado. Abriu um centro de distribuição há tão pouco tempo, investiu muitos milhões, e aqui diz claramente que está fechando o seu empreendimento na região da Zona da Mata, fruto da irresponsabilidade do governo, fruto dos 35 deputados que apoiaram o Projeto nº 2.817/2015, que apunhala o trabalhador pelas costas, fruto da irresponsabilidade do governo.



Eu não sou economista, gente, mas confesso a vocês e não tenho dúvida de que não vai melhorar, não vai aumentar a arrecadação. Melhora agora, rapidinho, mas depois cai, porque quanto mais ele aperta mais as empresas fecham. É o que está acontecendo com a Zema, lá na região de Leopoldina. Fecha a empresa, e, em vez de ele receber o tributo que já recebia, com o fechamento dessa empresa, aquele tributo acaba ali, naquela região. Então é um tiro no pé.

O governo, o prefeito, o cidadão comum, qualquer um dá tiro no pé. É um ditado popular, não é? Quando você erra, você dá um tiro no pé. Normalmente o pessoal dá aqueles tiros normais. O governador está com uma metralhadora, dando tiro no pé. Olha, é tiro a toda hora, e feio. Ele está errando; está na contramão, e, na contramão, ou você atropela ou vai ser atropelado. Ele está atropelando. O governador e mais 35 deputados atropelaram o cidadão, atropelaram nós, da base, que votamos contra, atropelaram o cidadão mineiro. Mas podem ter certeza de que o resultado não vai ser bom, e quem vai ser atropelado será o próprio governo, porque o povo vai dar um baita não a essa irresponsabilidade do governo.

É lamentável o governo reunir a sua base para comemorar o aumento dos impostos e a traição ao cidadão mineiro.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado Antônio Carlos Arantes, concordo plenamente com suas palavras, que são de grande conteúdo e repercutem a verdade dos fatos, conforme sempre V. Exa. o faz, não só em seu pronunciamento mas também na sua conduta.

Estamos impressionados com o que V. Exa. está mostrando aí, e eu, nesta hora, aparteando o deputado Gustavo Valadares, lembrei-me de uma afirmação do grande jurista brasileiro, Ives Gandra, que dizia que não adianta colocar dinheiro nas mãos de administradores incompetentes.

Na verdade, vem esse aumento absurdo de impostos numa época de crise, e V. Exa. já mostrou tantas e tantas lojas fechando; tantos e tantos desempregos surgindo. Vamos chegar numa casa de 8,9% de desempregados até o final do ano, mas isso não sensibilizou o governo, porque, conforme V. Exa. está mostrando, ele comemora, com um café oferecido a vários deputados e a várias autoridades, a vitória dos aumentos dos impostos, como se fosse uma vitória do povo de Minas Gerais, quando, na verdade, é uma grande derrota. A vitória deles é a vitória de Pirro, que falamos aqui, vitória em que eles saíram machucados, feridos e sangrando, porque o povo não aceita, não tolera mais. Não tem condição descontar nas costas do povo de Minas Gerais a má administração e as mentiras que foram faladas durante a campanha política e que agora não estão sendo cumpridas.

É preciso também recordar aqui que o orçamento que recebemos e que ainda vamos discutir e votar está prevendo para o ano que vem uma arrecadação de R\$83.000.000.000,00 e um déficit de R\$92.000.000.000,00. E para onde vai a arrecadação de impostos? Exatamente como V. Exa. está mostrando, não vai para lugar nenhum, porque muitas lojas vão fechar e assim por diante. Então a fonte de arrecadação vai diminuir e o governo – um governo capaz – deveria ter planejado e pensado nessas coisas. A única consequência será mais desemprego, mais lojas fechando e assim por diante. Então lamentamos profundamente o que está acontecendo no governo de Estado.

Queríamos, só para encerrar, dizer que ouvimos ontem, deputado Antônio Carlos Arantes, alguns discursos que agitaram e incendiaram esta Casa, provocando as galerias. Deputados fazendo pronunciamento em tom de paz e amor e reclamando das galerias durante a votação dos impostos, como se elas não tivessem o direito de se manifestar. Reclamaram da manifestação de deputados da nossa oposição, como se não tivessem direito de se manifestarem até sobre o requerimento-rolha, que foi votado, uma coisa que nunca havia acontecido nesta Casa. E ainda assim sustentamos e resistimos enquanto pudemos.

Tomara que aquilo que se pregou, que se falou, ontem, seja praticado pela própria pessoa, pelo próprio deputado que falou, porque, até então, ele não pratica. O que aconteceu aqui, como reação de galerias e assim por diante, foi o que eles plantaram no passado e que agora estão colhendo.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Obrigado, deputado Mourão.

Já sabíamos que o governo traria essa veemência, essa vontade e essa gana para cobrar impostos. Já sabíamos que o governo teria a atitude de trazer ações que não fossem boas para os cidadãos, e não perdoaram as entidades filantrópicas, os asilos, as Apaes e nem as santas casas, tanto é que em 1º turno votaram e passou. Mas, votamos contra. E posteriormente falaram que elas não se enquadravam ali. Depois houve uma emenda que tirou essas instituições. Você só tira aquilo que está colocado, você só tira o que é físico, o que está ali. Essa emenda foi muito discutida por nós, inclusive, estive com o presidente da Cemig e conversei com pessoas ligadas a hospitais, não só os filantrópicos mas também os privados. Ligaram para o governador na minha frente, fizeram a manifestação e depois disseram: “Dá para fazer a emenda, desde que vocês saiam da frente”. Isso quer dizer que a emenda tinha de ser da situação e não podia ser da oposição, tanto é que só tiraram minha assinatura, deputado João Leite, inclusive, é o mesmo texto. Mas não tem problema. O importante é que tiraram as entidades filantrópicas e os hospitais. Mas interessante é que 35 deputados votaram para cobrar impostos de hospitais, de asilos, de Apaes e de santas casas. Gente, a que ponto chegamos. Tiraram essa parte, mas não tiraram o projeto completo, e não conseguimos vencer a favor do povo. Perdemos com o povo, mas o povo dará sua resposta, não tenho dúvidas disso.

Mas o que mais me intriga é a inércia do governo com grandes projetos importantes para o Estado, e um deles é da Petrobras, e ela já investiu R\$1.200.000.000,00.

Não escrevam errado, pois, às vezes, vocês podem pensar que é R\$1.000.000,00, mas é R\$1.000.000.000,00, “b” e “i”, deputado Carlos Pimenta, R\$1.200.000.000,00 lá em Uberaba. E parou, acabou. Parou toda a obra que produziria fertilizantes nitrogenados, que são importados. Agora, com o dólar nessas alturas, virou uma maluquice. Imaginem: se tivessem competência e estivessem produzindo nosso fertilizante nitrogenado, nossos produtores hoje não estariam amarrados ao dólar, que está subindo e vai subir mais – R\$5,00, R\$6,00 –, não duvidem do que estou falando; e isso inviabiliza. Para essa safra, ainda foi comprado bastante fertilizante com o dólar um pouco mais baixo, o que ainda vai dar um equilíbrio, mas vocês vão ver a próxima, será um Deus nos acuda, com o dólar a R\$5,00, R\$6,00, e a produção sem acompanhar o valor.

Mas a Petrobras investiu R\$1.200.000.000,00 e abandonou tudo. Na verdade, deve ter investido muito menos, pois eles contabilizaram R\$1.200.000.000,00, mas muitas pessoas devem ter enfiado a mão nisso. Como tatu, enfiaram a cabeça e tiraram lá do



fundo, pois ali há muitas obras internas, abaixo da terra, onde eles batem estaca e vai para dentro do chão, e não vemos, não dá para contabilizar.

A Abengoa é uma empresa importante que ganhou a licitação para trazer uma rede de transmissão de minha região, Ibiraci – a energia vem do Pará, da Belo Monte. Em Ibiraci, deputado Doutor Wilson Batista, vem uma ramificação, uma linha de transmissão até a região de Ouro Preto e Belo Horizonte. Foram R\$450.000.000,00 de imediato e mais duzentos e tanto, além de 1.500 empregos. A empresa que contratou o pessoal já mandou todos embora, e a obra nada. Sabem por quê? Porque falta uma simples licença de instalação, pois as outras já existem.

Então, isso é em relação à Abengoa. E a Ferroligas, Deputado Carlos Pimenta, em que eles tiraram os empregos mineiros e jogaram para a Bahia. A presidente Dilma deu incentivo aos baianos para tirarem o emprego dos mineiros. No Norte de Minas, houve uma perda muito grande; estamos brigando por isso e esperamos rever.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Quería apenas cumprimentá-lo por seu pronunciamento, que mais uma vez demonstra que o País está à deriva. Estamos perdidos. Imaginem um barquinho no meio do oceano, sem motor, sem velas, sem nada. O País parou, está perdido. Isso mostra claramente falta de planejamento e de um programa governamental para atender às prioridades. Não temos prioridades.

Agora mesmo, estão aí os bancários da rede oficial em greve: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste. Houve uma greve de 100 dias das universidades federais. Para isso não há dinheiro; o governo se cala, não se pronuncia. Ele está preocupado em não perder o mandato, mas vai perder sim. Começou hoje a denúncia no Tribunal de Contas da União das pedaladas da presidenta Dilma, e virá por aí afora. O TSE abriu investigação contra o crime eleitoral. Acredito que estamos vivendo os últimos minutos da administração desastrosa de uma pessoa despreparada, sem base, sem governabilidade. Mas é preciso continuar denunciando. Parabéns.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Muito obrigado, deputado. Se a presidente Dilma não for condenada por essa pedalada, deputado Carlos Pimenta, podemos falar para os prefeitos dos 853 municípios jogarem a Lei de Responsabilidade Fiscal no lixo, porque, se ela não vale para o governo federal, não poderá valer para ninguém.

Então, para finalizar, vejam o seguinte: “Aumento de impostos em Minas faz grupo Zema fechar centro de distribuição recém-construído na cidade de Leopoldina”. Como essa notícia, outras milhares virão, infelizmente, levando embora o emprego e o sonho das famílias mineiras. Isso foi fruto da punhalada apoiada pela maioria dos deputados nesta Casa, com o nosso voto contrário ao aumento de impostos. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira* – Sr. Presidente, colegas, membros da Mesa, quero discutir um pouco a recomposição do ICMS. Até porque, dado o clima que se estabeleceu aqui na Casa, em que boa parte do público presente não estava disposto a ouvir os argumentos da base de governo, ou seja, vieram única e exclusivamente para aplaudir os deputados da oposição, percebemos que era difícil fazer o debate e mostrar nossos argumentos naquele momento. Dr. Wilson, sequer fiz o que chamamos nesta Casa de declaração de voto.

É evidente que, nas redes sociais, há pessoas que questionam a votação. Tenho ponderado que o nosso voto foi de responsabilidade com o Estado de Minas Gerais. As pessoas estão vendo. Elas ligam a televisão e assistem aos noticiários falando a todo momento, pela manhã, tarde e noite, da crise econômica que vivemos. Isso afeta os estados. Estamos percebendo que também há uma crise mundial: as ações das empresas chinesas estão despencando nas bolsas de valores, os países europeus têm indicadores econômicos ruins – o *deficit* público da Itália e da França estão altíssimos. Ou seja, o contexto atual é muito difícil.

Quando o governador Fernando Pimentel assumiu, votamos o orçamento para este ano apontando um déficit de mais de sete milhões. É evidente que aqueles que promoveram um rombo nas contas do governo do Estado talvez sejam os maiores responsáveis pela necessidade da medida que tomamos aqui de recomposição de ICMS. Na verdade, ao contrário do que foi dito pelo deputado que me antecedeu nesta tribuna, tal medida não é a responsável pelo fechamento das empresas, que ocorreu por causa do aumento da alíquota da carga tributária. O que votamos passará a valer daqui a 90 dias, ou seja, a partir de janeiro. Então, como as empresas estão fechando por causa dessa medida, se ela ainda não está em vigor? Existe uma contradição. Não podemos confundir as informações sobre as reais razões do fechamento das empresas, tentando atribuí-lo a essa votação.

Professor Neivaldo, fiquei espantado quando ouvi que nós, da base de governo, queríamos calar a oposição, com o chamado requerimento rolha, para não discutir o projeto. Ora, os encaminhamentos de votação feitos por praticamente todos os deputados da oposição foram suficientes para o debate que aqui fizemos! Chegou-se ao ponto de o deputado Gustavo Valadares, em um de seus retornos à tribuna, afirmar que já nem sabia mais o que dizer porque seus argumentos tinham se esgotado. Como não houve debate? É importante lembrar, presidente, que em governos passados esta Casa, com o apoio de deputados que hoje compõem a oposição, apoiava medidas como a chamada lei delegada. Na minha opinião, não há nada que cale mais um deputado e um parlamento do que a chamada lei delegada, que não ouve o Poder Legislativo em decisões importantes relacionadas ao estado. Ela retira desse Poder o seu principal papel, o seu protagonismo; retira dos membros do Poder Legislativo, eleitos democraticamente pelo povo, a soberania da vontade popular. Não há nada que tenha marcado mais a história da Assembleia Legislativa de Minas Gerais do que a chamada lei delegada, por retirar a primazia da prerrogativa, da competência, do debate público e do poder decisório das políticas no Estado. É isso o que precisamos estabelecer.

O projeto que nós votamos traz conquistas importantes para os mais pobres.

Temos aqui a revisão do método para a concessão do chamado benefício social que é a isenção do ICMS, deputado Rogério Correia. Foi revista de uma maneira que criou uma regra mais justa, não mais aquela que calcula o tempo dos dias, mas que calcula agora o consumo de 3kW/dia, chegando, dentro do prazo de um mês, a 90kW por mês para conceder a isenção. Isso gera um benefício para quase 40% das residências em Minas Gerais. São quase dois milhões e meio de famílias que são atendidas pela Cemig e que serão beneficiadas pela isenção de ICMS.

E, por falar, nisso, é bom que todos saibam: não há aumento do ICMS residencial. Há uma recomposição de 7% no ICMS comercial, mas quem fez o aumento do ICMS residencial foi o governo passado. Em 1997, o governador Eduardo Azeredo, do PSDB, com o apoio de deputados hoje da oposição, que fizeram a crítica ao aumento de ICMS apresentado pelo governador Fernando Pimentel, deram pleno apoio à aprovação do aumento de 18% para 30% do ICMS residencial. Era o governo do PSDB.

Então, não podemos ser incoerentes. Qual é a questão? Naquele momento havia uma crise? Vivemos uma crise hoje. Naquele momento havia esse déficit orçamentário? Temos um déficit hoje. Então, por que naquele momento se justificavam as medidas que foram tomadas e agora não pode, e o Fernando Pimentel não tem direito de reorganizar as contas do Estado para tentar tocar essa máquina? Lembrando que é um governo que, antes de apresentar uma medida como essa, apresentou outras medidas de conquistas históricas. Não vamos esquecer, e vamos repetir até o último dia de governo, a conquista dos professores com o pagamento do piso; não vamos esquecer a criação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, com regularização fundiária em questões, Rogério, que são caras a nós e aos movimentos sociais, como Felisburgo; não vamos esquecer que o governo mandou para a Casa, e votamos, uma demanda histórica e antiga dos prefeitos, que é a criação do programa de transporte escolar, aumentando em 30% o repasse para as prefeituras. Estou citando aqui poucas coisas entre várias que já foram feitas nesses 10 meses de governo. Vamos fazer essa pauta e essa discussão.

Continuo dizendo que os deputados que subiram a esta tribuna na semana passada e gritavam que não, que não poderia aprovar, que era um absurdo, em governos anteriores aprovaram vários aumentos. Em 2013, o governador Aécio Neves enviou à Assembleia Legislativa um pacote de tarifas, entre elas o aumento do IPVA, que temos de lembrar. Não podemos esquecer também que no governo Aécio Neves foi criada a Taxa de Incêndio. Então, a pergunta que fazemos: por que é justificável, por que é meritório quando o governo – a maioria dos deputados aqui foram contra a proposta de Fernando Pimentel e naquela época deram sustentação a essas medidas porque havia razões, porque eram importantes –, porque era justificável e hoje não é?

Então, é isso que temos de ponderar. Eu agora fiz questão de vir fazer essa discussão.

Outro engano, afirmar que as entidades filantrópicas vão pagar não é verdade. O líder de governo Durval Ângelo, por várias e repetidas vezes, em encaminhamento de votação, lembrou sobre emenda apresentada pelo deputado Léo Portela que isentou as instituições desse pagamento. Então, temos de fazer justiça e dizer aqui as verdades.

Então, deputado Rogério Correia, é um pouco isso que precisamos conversar. A medida que o governador Fernando Pimentel encaminhou a esta Casa, e votamos, é provisória, tem prazo de validade, não é uma medida permanente; é uma medida necessária diante de um cenário de crise que se abate sobre o mundo, sobre o País, diante da dívida que deixaram de quase R\$8.000.000.000,00 para este governo. Sabemos que, acima de tudo, não estão sendo tributados os itens essenciais como os da cesta básica, remédios, comida, alimentação. O que está sendo tributado é câmara fotográfica, celular, ração do *pet*, do cachorro. É claro que para muitas pessoas são itens importantes, mas não são esses que vão causar impacto na vida do trabalhador.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Deputado Cristiano, parabeno-o pelos esclarecimentos e pela intervenção feita no Plenário. Concordo com V. Exa., mas o que está por trás dessa discussão às vezes não é apenas o conteúdo dela, que V. Exa. expôs muito bem. O governador Fernando Pimentel precisa governar, pois ganhou as eleições. Irá governar até 2018. Talvez seja o fundo do debate que fazemos aqui.

Vi aqui um aparte que o deputado fez anteriormente e dizia que a Dilma não acabaria de governar. O Tribunal de Contas da União já ia julgar as contas, que a presidente cairia e que o TSE agora ia derrubar em função da ação do PSDB. O que está por trás desse debate é simplesmente isso: a oposição à presidenta Dilma e ao governador Fernando Pimentel, especialmente em Minas Gerais, não aceita o resultado das urnas, não aceita o resultado eleitoral, que foi muito claro. Ele deu à presidenta Dilma mais de 1 milhão de votos a frente no 2º turno. Em Minas, onde o PSDB alardeou que ganharia com 4 milhões de votos a mais, perdeu a eleição no 1º turno. Dilma ganhou as eleições nos dois turnos.

O que a oposição precisa fazer agora é construir um discurso e um projeto para o País. Ficar apenas dizendo que o projeto para o País é não deixar a presidenta governar não resolve, perderão novamente as eleições. O governador Pimentel teve uma atitude. Pergunto à oposição: se não ele tivesse tomado essa atitude, qual atitude se faria para governar diante do déficit encontrado? A resposta poderia ser: “pega dinheiro emprestado”, mas não há como, porque isso foi feito no passado. O governador Fernando Pimentel está pagando em torno de R\$8.000.000.000,00, portanto essa não seria uma alternativa, pois isso foi o que eles fizeram. O governo Pimentel paga R\$8.000.000.000,00 ao ano pelos empréstimos feitos aqui. Todo ano eram feitos dois ou três empréstimos. Qual a nova alternativa? Retirar dinheiro do Funpemp dos servidores públicos? Não acho correto, e eles também já fizeram isso.

O governador Fernando Pimentel, para manter funcionando – V. Exa. lembrou bem – os acordos feitos com os professores, com a área de saúde e para garantir melhor segurança pública, precisa, evidentemente, dos recursos que buscamos junto ao Tribunal de Justiça, que advém das custas judiciais, os depósitos judiciais que estavam sendo explorados por bancos e agora passarão a ajudar no custeio da máquina. São esses os elementos-chave para o Estado manter seu funcionamento. Mandamos um projeto de aumento do ICMS sobre a luz no comércio. Alias, o PSDB não fez diferente. Quando era governo, aumentou de 18% para 30% o das residências. Ele fez pior: aumentou o das residências. Portanto, eles não conseguem apresentar alternativa a não ser essas: “Derrubem a Dilma. Derrubem o Pimentel”. Eles não respeitam eleições. Isso não pode ser feito.

Estou vendo agora o Tribunal de Contas da União dizendo que vai cassar a Dilma pelas pedaladas fiscais. O que eles chamam de pedaladas fiscais? Recurso que o governo adiantou, fez o pagamento, especialmente do Bolsa Família, para que não atrasasse. Todo o mundo fez isso no Brasil. Todos os governos. Fernando Henrique fez, Itamar Franco fez, Sarney, todos fizeram. Aqui em Minas, Aécio Neves fez isso diversas vezes. Tenho lá todos os meses em que ele fez isso, mas querem cassar a Dilma. Não aceitam o resultado democrático. A mesma coisa em relação ao governador Fernando Pimentel. Agora querem cassá-lo. Entram com recursos e mais recursos no TSE.

Quando vemos a campanha do Aécio, os problemas apontados em uma são apontados na outra do mesmo jeito, é a mesma coisa. Os mesmos problemas apresentados em uma são apresentados na outra. Foram as mesmas empreiteiras que fizeram o financiamento das



campanhas. Financiaram para um e para outra. Aliás, o Aécio teve até mais financiamento em alguns casos, como o da Andrade Gutierrez.

Assim, eles não conseguem apresentar um projeto alternativo nem para Minas nem para o País e ficam no discurso do ódio, como vimos aqui na Assembleia Legislativa, incentivando pessoas a irem a velório dos outros fazer falta de educação. Vamos travar um debate político sobre o que é possível fazer, quais são as circunstâncias, quais alternativas. A população cobra isso: coerência dos políticos. Ou então se faz como alguns deles querem: fecha-se tudo e se institui o regime militar. Até faixa disso vimos aqui na Assembleia. Vimos pessoas portando essas faixas, mas o PSDB não diz nada; pelo contrário, incentiva o radicalismo infundado.

O deputado Cristiano Silveira* – Obrigado, deputado Rogério Correia. Devemos lembrar que os itens taxados pelo ICMS – o que chamamos de itens supérfluos – terão seus recursos destinados ao Fundo de Erradicação da Miséria. É importante lembrar que, mesmo com todo o avanço social que tivemos no País, com as políticas do presidente Lula e da presidenta Dilma, Minas ainda tem 2,6% de miseráveis. Esses recursos que vêm da bebida, do refrigerante e da ração são para enfrentar a pobreza das pessoas, dos nossos concidadãos em Minas Gerais. Temos companheiros, irmãos, no Vale do Jequitinhonha, no Norte de Minas, na Zona da Mata que ainda padecem e vivem em condição de miséria.

É para isso que será utilizado o recurso. O governador não acordou, presidente, um dia mal-humorado e disse: “Vou aumentar a tarifa para o povo mineiro porque estou de mau humor”. Foi uma contingência. Não deixaram para o governador Fernando Pimentel alternativa senão ter de recompor o ICMS de alguns itens. É importante dizer que, acima de tudo, recursos serão utilizados para combater a pobreza e a miséria no nosso estado.

Dessa forma, sempre estaremos ao lado do governador quando for para enfrentar a pobreza e a miséria dos nossos irmãos mineiros que ainda padecem dessa condição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Celise Laviola* – Boa tarde a todas e a todos. Exmo. Sr. Deputado Hely Tarquínio, presidente; colegas deputadas e deputados, vou mudar um pouco o assunto que vem rondando esta Casa, venho aqui dizer algumas coisas boas que vêm acontecendo. Venho falar sobre o reinício das obras no hospital regional em Governador Valadares, que há tanto tempo estávamos esperando. Agora sentimos que haverá uma conclusão, que conseguiremos ter o hospital regional na nossa região Leste.

Venho também falar da importância do trabalho do DER em nossa região. O departamento tem feito um trabalho constante, o diretor e o coordenador estão sendo presentes. Eles vão à estrada, eles estão vendo o problema, estão solucionando da forma necessária. Esse é um trabalho inovador. Assim como o governador levou os fóruns para o interior, também o trabalho está sendo feito dessa forma, valorizando o interior, valorizando as necessidades locais, com a participação do povo, com os coordenadores e diretores diretamente ligados à necessidade da população. Isso é muito importante.

Destaco ainda, de forma bem clara, a importância que o fórum regional teve em Governador Valadares, em nossa região. Os municípios pequenos, onde temos uma concentração maior de votos e onde estamos mais bem representados... Eu diria que vencemos a grande maioria das propostas no fórum. O governo Pimentel está conseguindo levar aos pequenos municípios, àqueles pequeninhos mesmo, que necessitam tanto, as prioridades deles, porque eles estão sendo incentivados a participar dos fóruns. Dessa forma, o anseio deles, deputado Rogério Correia, está chegando, está-se cumprindo. Pela primeira vez acontece isso com os pequenos municípios. Quer dizer, vencem as propostas prioritárias do fórum e vão receber os benefícios em primeiro lugar os nossos pequeninhos, lá de onde venho e a que dou tanto valor.

Essa forma de trabalhar com participação: era isso que queríamos, era isso que esperávamos e é o que vem acontecendo agora no governo Pimentel. Estamos assistindo a isso na região em que estamos em todo o Estado. Quando acompanhamos o governador, nas outras regiões também; a convite dos colegas deputados, nas regiões deles, estamos vendo que a participação é exatamente o que mostra, o que foca, o que enfatiza o governo Pimentel. Essa era a nossa expectativa, isso era o que queríamos, isso é o que está acontecendo.

Acho muito importante trazeremos aqui o que há de bom, o lado bom, o que está significando isso para nós, a diferença que isso está fazendo, a participação do pequeno, a importância que ele está tendo.

Hoje, sim, o pequeno município tem vez e voz. Isso, para gente, é fundamental, era o que pretendíamos, era a bandeira da nossa campanha, é o que estamos vendo acontecer e pretendemos que continue assim. O que a gente espera, o que a gente deseja é que continue assim: que os nossos pequeninhos cresçam e se desenvolvam, que levem as suas prioridades, por meio dos fóruns, ao governo para serem realizadas em primeiro lugar. Esta é a nossa intenção: apresentar aqui a boa novidade, a boa notícia, saindo um pouco do foco tão falado, tão discutido. Queremos falar de outras coisas também, queremos mostrar outras coisas também. A Assembleia precisa mostrar tudo que acontece, todos os movimentos que são feitos, tudo que o governo tem feito de positivo. É importante mostrarmos isso. É importante levarmos isso à população.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Deputada, eu fiz um aparte ao nobre deputado Cristiano, que comentava sobre como são feitas as campanhas políticas no Brasil, de maneira geral, e sobre o apoio de empresas que financiam as candidaturas.

Estou ouvindo que querem cassar a presidenta Dilma por ter recebido dinheiro de empreiteiras que têm levado à corrupção. Tenho chamado à atenção, porque, se entrarmos nesse tipo de debate, vamos verificar que todos os candidatos trabalharam com os mesmos recursos.

Agora, o jornal *O Estado de S. Paulo* revela informações de dirigentes da Andrade Gutierrez que estavam em um telefone recolhido de um dos que estão presos na Operação Lava Jato. Eles trocavam WhatsApp entre si sobre o período eleitoral e torciam pela candidatura de Aécio Neves. O proprietário do celular foi preso na Operação Lava Jato. Ele torcia pelo Aécio Neves com os integrantes e dirigentes da Andrade Gutierrez: “Bora Brasil! Bora Aécio!”. Isso tudo estava registrado no iPhone do Elton Negrão de Azevedo Júnior, que deixou a empresa depois da 14ª fase da Operação Lava Jato, que o levou à prisão.

Em meio às notícias de que a Dilma poderia perder as eleições, há muitas piadas. O *Estadão* vem retratando tudo. Eles estavam criticando a Dilma, dizendo: “É agora... O tema da corrupção... A mulher está nervosa demais... Agora o homem moeu a gorda de



perna aberta”, disse Anuar Caram. Ele foi aparteado em outro WhatsApp pelo Ricardo Sá: “Fora sapa com cara do Satanás”. “Hahahaha”, respondeu Caram. Já o Elton, que atualmente está preso e é réu da Operação Lava Jato, observou: “Aqui em BH muita gente está gritando dos apartamentos: 'Fora Dilma!'”. E assim vai. Eles estavam relatando toda a torcida da Andrade Gutierrez, que está agora na Operação Lava Jato por corrupção e que contribuiu para a campanha do Aécio Neves.

Eu pergunto: quem vai cassar a Dilma Rousseff por esses motivos? Vão colocar quem no lugar? Vão cassá-la por esses motivos? Quem presidirá esse processo? O deputado que também está na Operação Lava Jato, Eduardo Cunha?

Então, tenho batido nessa tecla: é preciso que o Brasil reconheça a problemática da crise e que discuta de maneira mais tranquila, em vez de ficar um jogando pedra no outro, porque, nesse campo de financiamento de campanha, todos os candidatos à Presidência da República e a governo de estado utilizaram da mesma legislação eleitoral. É fundamental que a legislação eleitoral aprovada agora, que não permite o financiamento privado de campanha, notadamente de empresas, torne-se uma realidade no Brasil. Infelizmente, há setores no Congresso Nacional que se expressaram contrários. Ontem, vi numa reportagem, num dos jornais da noite, que alguns partidos políticos, PT e outros, disseram que não votam nada no Congresso Nacional enquanto não se reverter o financiamento privado. Passaram a fazer uma greve para que o financiamento privado retorne. O PSDB votou em peso pelo financiamento privado. Esse é um dos pontos centrais que a Operação Lava Jato e outras já viram anteriormente. Lembram-se dos anos do orçamento? Era a mesma coisa: dinheiro de empreiteira que financiava campanhas eleitorais de todos os partidos políticos, inclusive do PT, do PSDB e do PMDB. Eles financiavam os partidos não só em época de eleição, mas durante a sua existência.

Hoje é a regra, mas essa regra é incorreta e leva a uma série de distorções, inclusive estimula, ou pelo menos, não dificulta a corrupção no Brasil. Estamos com uma chance enorme de terminar com esse procedimento tão equivocadamente de financiamento privado. Fico triste quando temos uma oportunidade dessa e o Congresso Nacional quer retirar isso como possibilidade. Esse é o sentido do meu aparte.

A deputada Celise Laviola* – Agradeço o aparte e aproveito para lembrar da nossa bandeira, não é, deputada Geisa? Nós, da bancada feminina, por questões de dificuldades de campanha, defendemos todo o tempo o financiamento público de campanha. É oportuno o aparte do deputado Rogério para nos lembrar da nossa luta, da nossa briga para que tivéssemos termos de igualdade na disputa.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 13/10/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Gabrielle Arpállice de Almeida Giovannini, padrão VL-55, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leonídio Bouças;

exonerando Marcilio Geraldo Moreira Diniz, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

exonerando Marcos Roberto de Carvalho, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leonídio Bouças;

exonerando Tarsila da Silva Araújo, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;

nomeando Eduardo Borges Moraes, padrão VL-13, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Gabrielle Arpállice de Almeida Giovannini, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão de Constituição e Justiça;

nomeando Isnard Monteiro Horta, padrão VL-40, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Marília Campos;

nomeando Luma Feliciano Viana Valadao, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gilberto Abramo;

nomeando Marcia Marcelina Alves, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Marcilio Geraldo Moreira Diniz, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leonídio Bouças;

nomeando Priscila Avelina Pereira, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leonídio Bouças;

nomeando Ryan Rosa de Araújo, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gilberto Abramo;

nomeando Tarsila da Silva Araújo, padrão VL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leonídio Bouças.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 78/2015

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 148/2015

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 28/10/2015, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de unidades de disco rígido.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.



Belo Horizonte, 14 de outubro de 2015.
Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 77/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Seal Telecom Comércio e Serviços de Telecomunicações Ltda. Objeto: aquisição de sistema de transporte de áudio, conforme objeto e especificações técnicas mínimas constantes dos Anexos I e II. Vigência: 90 dias a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 61/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-4.4.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 103/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Maxis Informática Ltda. Objeto: prestação de serviços de suporte e manutenção técnica de sistema computadorizado para controle e apuração de registro de frequência. Objeto do aditamento: primeira prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: 29/1/2016 a 28/1/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**ERRATA****ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/9/2015**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 10/10/2015, nas págs. 15 e 16, em todas as ocorrências em que se lê:
“publicada na edição do dia 2/10/2015”, leia-se:
“publicada na edição do dia 8/10/2015”.